

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

GERALDO PIRES DA SILVA

**“A IMPLANTAÇÃO DA CAFEICULTURA NO CERRADO
DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA:
ANÁLISE DE JORNAIS, 1972/1976”.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco I Q (Antigo Minas)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. - BRASIL

1510

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

Uberlândia, setembro 1998

Universidade Federal de Uberlândia

1.510 S.C.

Centro de Ciências Humanas e Artes

Curso de História

Geraldo Pires da Silva

A implantação da Cafeicultura no Cerrado do Triângulo Mineiro e alto Paranaíba:

Análise de Jornais, 1972/1976.

Monografia apresentada à Coordenação
do Curso de História da Universidade
Federal de Uberlândia, sob a orientação
do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

Este exemplar corresponde à redação final da
monografia apreciada pela Comissão julgadora.

Uberlândia, MG, .../...../ 1998

.....
.....
.....
.....

Nota Final:

Uberlândia, setembro 1998.

A Giuliens Cássia e Gustavo Henrique,
pela solidariedade e amor que cultivamos.

AGRADECIMENTOS

O resultado de dois anos e meio de pesquisa é apresentado com esta monografia. Aos que colaboraram para a sua realização, gostaria de manifestar, aqui, meus agradecimentos: inicialmente ao Prof. Wenceslau Gonçalves Neto, meu orientador, que, com compromisso acadêmico, paciência e solicitude, soube apontar falhas, caminhos e sugestões de aprofundamento. Pela amizade e respeito cultivados, fica a certeza de que a universidade pode e deve ser mais do que formalidade.

Aos Professores Jane de Fátima Silva Rodrigues, Maria de Fátima Almeida Ramos e Paulo Roberto de Almeida, pelo incentivo crítico que me prestaram no decorrer da graduação, aos demais Professores que a mim emprestaram seus conhecimentos para que pudesse chegar ao horizonte de mais essa jornada.

À Direção do CDHIS - Centro de Documentação e Pesquisas em História (UFU), pela deferência que me foi concedida a fim de que pudesse pesquisar e desenvolver as análises, sem o que este trabalho ficaria prejudicado. Ao Corpo Funcional do CDHIS, especialmente ao Velso Carlos de Souza pelo seu empenho e auxílio.

À Coordenação do Curso, pelo pronto atendimento a mim dispensado, durante a minha caminhada, particularmente ao João Batista pela lisura e presteza.

À FAPEMIG, pela bolsa de iniciação científica a mim concedida, no período de março de 1996 a fevereiro de 1997.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de iniciação científica a mim concedida, no período de março de 1997 a agosto de 1998.

Aos colegas da área de pesquisa, destacadamente à Luciana Lilian de Miranda, pela dedicação e o carinho a mim dispensado. Aos demais colegas de curso, notadamente a: Miriam de Oliveira Jager, Sandra Mara Dantas, Marizete Aparecida Cunha, Divânia Aparecida de Araujo, Behania Maria Rezende de Barros, Leandra Cristina Parreira da Costa, Shirley Aparecida de Brito, Maria Silva dos Santos, Márcia Ferreira Costa, Dulcina Tereza Bonati Borges, Vicente Batista Moura Sobrinho e Henrique Carvalho Lobato, pela sinceridade e grande amizade que cultivamos.

A todos os que se dispuseram a contribuir com este trabalho. Um agradecimento singular à Débora Márcia de Amorim, pela solidariedade e seriedade da amizade que cultivamos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

METODOLOGIA DA PESQUISA.....	08
-------------------------------------	-----------

CAPÍTULO II

A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	11
--	-----------

CAPÍTULO III

EXPANSÃO INICIAL DA CAFEICULTURA NO BRASIL E POLÍTICA POSTAS EM PRÁTICA

1. INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL.....	15
2. EXPANSÃO INICIAL DA CAFEICULTURA.....	15
3.PRIMEIRAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ E POLÍTICA DE MANUTENÇÃO DE PREÇOS.....	16
4.CARACTERIZAÇÃO DOS CICLOS ECONÔMICOS DA CAFEICULTURA.....	17
4.1 EXPANSÃO: 1945 A 1954.....	18
4.2 A FASE DE RETRAÇÃO - 1955 A 1969.....	18
4.3ERRADICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO.....	19

4.4 A NOVA FASE DE EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA, A PARTIR DE 1970.....	21
--	-----------

5. DIAGNÓSTICO DO SETOR DA LAVOURA CAFEEIRA

5.1 POPULAÇÃO CAFEEIRA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE.....	25
--	-----------

6. A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA A PARTIR DE 1969.....	27
--	-----------

6.1 POPULAÇÃO CAFEEIRA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE.....	29
--	-----------

6.2 EXPORTAÇÕES.....	31
-----------------------------	-----------

6.3 CONSUMO INTERNO.....	32
---------------------------------	-----------

CAPITULO IV

A CAFEICULTURA EM UBERLÂNDIA E NO TRIÂNGULO MINEIRO.....	33
---	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
----------------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA.....	72
--------------------------	-----------

ANEXOS.....	74
--------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Muitas são as pesquisas que nas últimas décadas têm procurado analisar a situação da modernização da Agricultura e suas relações com o desenvolvimento no Brasil. O que tem chamado a atenção dos pesquisadores em seus trabalhos é a preocupação com o atraso que caracteriza uma grande parcela da agricultura brasileira.

O objetivo deste trabalho, é pesquisar e levantar criticamente todos os dados encontrados nos jornais, referentes ao processo de modernização da agricultura, ocorrido no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período compreendido entre os anos de 1972 a 1976, especialmente em dois jornais que circulavam em Uberlândia e Região do Triângulo Mineiro, “Tribuna de Minas” (TDM) e “Correio de Uberlândia” (CDU), formando um banco de dados referente aos tipos de anúncios, áreas e produtos divulgados por estes jornais.

O destaque deste relatório será em torno da cafeicultura brasileira e seus reflexos na economia do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e de Uberlândia em especial.

Este relatório está dividido em capítulos, no sentido de melhor dispor o tema trabalhado na pesquisa, ora em desenvolvimento.

O Primeiro capítulo trabalha a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa. O segundo demonstra as condições da agricultura brasileira, em contraposição ao projeto de modernização do agro-nacional. O terceiro trata em particular da cafeicultura brasileira quanto aos aspectos históricos, econômicos e sociais, a partir de sua expansão, após os esforços de erradicação, ocorrido entre 1962 e 1967. O quarto trata do desenvolvimento da cafeicultura nos cerrados do Triângulo Mineiro e sua importância para esta região e para o Brasil como um todo. A última parte destaca as considerações finais, referentes ao processo como um todo.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa trabalha basicamente com dois jornais de Uberlândia, MG, “Tribuna de Minas” (TDM) e “Correio de Uberlândia” (CDU), como fonte documental principal, buscando recuperar uma parte complementar do processo de modernização da agricultura na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir das publicações destes jornais, como reportagens, propagandas, artigos, editoriais, etc, divulgadas pela imprensa local, juntamente com bibliografia complementar.

Procuramos compreender e analisar como as principais medidas da política agrícola adotada pelos governos militares se apresentam e repercutem na agropecuária destas duas micro-regiões, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e de que maneira os jornais transmitem, criticam ou aplaudem a notícia dentro do processo de estímulo à modernização do agro-brasileiro e regional.

A primeira parte da pesquisa é trabalhada a partir do fichamento de todas as publicações inseridas no tema referentes ao agro-regional e nacional. Esse é um processo produzido em etapas: após o fichamento, em fichas próprias confeccionadas para o projeto, da matéria nos dois jornais, todos os dados colhidos são cadastrados no computador, num programa específico do projeto. Até o momento, já foi feito o fichamento de todas as publicações de 1966 até 1976, e digitados todos os dados de 1966 até o ano de 1973.

O período da pesquisa é de 1960 a 1985, envolvendo, portanto, todo o período do regime considerado de exceção. Neste momento, contudo, a atenção da pesquisa será concentrada sobre alguns anos do início da década de 70, que já foram catalogados, porém ricos de considerações sobre questões do agro-regional.

Num primeiro momento, procuramos analisar a “importância” que o setor agrário exerce na imprensa local, e, conseqüentemente, sua repercussão na comunidade regional e local. Levantamos o número de publicações inerentes ao tema, bem como tipos de publicações e páginas onde se destacam áreas mais importantes, os produtos e o espaço disponível no jornal (em cm²).

9

Dentro do processo de modernização da agricultura no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, um dos produtos que nos chamou a atenção foi o café, que por muito tempo tem figurado como principal produto de exportação, de boa aceitação no mercado interno, e que vai ganhando espaço na região dos cerrados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como cereal que poderá configurar-se como complemento importante na receita dos produtores rurais locais, e também aumentar a receita do estado e da União, apesar dos golpes que sofreu nos anos em estudo, com quedas na produção, surto de ferrugem, geadas, preços baixos, etc.

Em virtude do grande número de notícias, referentes ao tema, veiculadas pelos jornais, em torno desse “valeroso” cereal, encontrados na análise que vem sendo feita até o momento nos jornais “Tribuna de Minas” e “Correio de Uberlândia”, resolvemos fazer um levantamento mais minucioso sobre a chegada do café à região, no início dos anos 1970, especificamente 1972, até então considerada imprópria para essa cultura.

Recuperamos o grande empenho com que as autoridades do agro-regional vinham trabalhando junto aos proprietários de terras e às autoridades maiores, no sentido de viabilizar a implantação definitiva do café na região dos cerrados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, assessorados por técnicos do IBC e de várias outras Instituições estaduais e federais que também defendem o desenvolvimento e a permanência da cafeicultura, procurando enquadrá-la no processo de modernização defendido pelo governo Federal, com o emprego de modernas técnicas de tratamento dos solos, uso de corretivos e adubação, máquinas, e treinamento de mão-de-obra especializada para trabalhar a cafeicultura, etc.

Por outro lado, estava sendo oferecido pelo Governo Federal crédito agrícola subsidiado (juros baixos e longo prazo), no sentido de refazer a cafeicultura nacional, que passava por sérias crises. Ao mesmo tempo, coloca à disposição dos cafeicultores o suporte técnico, através de Instituições governamentais, como IBC/GERCA, do Ministério da Indústria e Comércio, guarnecidos por razoável número de agrônomos e técnicos especializados no setor cafeeiro.

Fato histórico muito bem trabalhado pelos jornais locais, foi a inclusão de 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no circuito cafeeiro nacional, já para o II Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais e a implantação em Uberlândia, também em 1972, do escritório Regional do IBC, cujo objetivo é oferecer

assistência técnica aos agricultores interessados em desenvolver a cafeicultura em Uberlândia e região.

Em seguida, apresentamos uma visão global da questão agrícola brasileira, que permite levantar temas, dados, etc, das diversas áreas da agricultura, que possam nos levar a compreender melhor a história da agricultura da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

CAPÍTULO II

A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

São inúmeros os trabalhos que tratam da situação do setor agrário brasileiro e suas relações com o conjunto da sociedade, no sentido de mostrar o seu desenvolvimento, as razões de seu atraso e modernização ao longo de sua história, etc. Nesse sentido, queremos contribuir também com uma pequena parcela, na análise de atividade tão importante e tão antiga que é a agricultura brasileira.

A situação da estrutura agrária brasileira no início dos anos 60 é tratada por exemplo, em Caio Prado Júnior, que remete ao processo de ocupação da terra desde o início da colonização, à concentração da propriedade rural em mãos de uma minoria de proprietários, e à disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo, ao lado de um mercado externo garantido para produtos tropicais¹.

"Em suma, os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a suas circunstâncias, disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho, circunstâncias essas que constituem precisamente os principais fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural".²

A grande concentração de terras nas mãos de uma minoria privilegiada, contribuiu para a formação de grupos empresariais agrocomerciais ainda na colônia, que também eram os dirigentes dos destinos desta, situação que perdurou até nossos dias.³

Nesse sentido, a grande massa da população rural brasileira continuava despossuída de terras, e voltada a produzir produtos para o comércio externo, enquanto que os produtos de "subsistência" continuavam em segunda posição, ao lado da miserabilidade da sociedade rural brasileira.

Diversos outros autores discutem, neste período, a situação fundiária brasileira, levantando a questão do atraso no desenvolvimento da agricultura estar ligado a esse processo de ocupação do espaço agrário na forma de latifúndio, indicando a reforma

¹ PRADO JÚNIOR, A Questão Agrária no Brasil, pp. 15-25.

² Ibid. p.26.

³ Ibid. pp. 47-48.

agrária como solução. É o caso de Alberto Passos Guimarães e Celso Furtado, entre outros⁴.

Por outro lado, há autores que entendem que a agricultura tem, ao longo dos séculos, cumprido sua função de atender a contento as necessidades da sociedade brasileira, dentro do livre mercado da oferta e da procura, tanto dos produtos de consumo direto, quanto dos produtos que funcionam como matéria prima para a agro-indústria ou para exportação:

"um pouco de reflexão mostra que a única forma do setor agrícola defender-se contra transferências de renda, reside em fazer a oferta crescer na mesma taxa que a procura".⁵

Dentro dessa mesma linha de raciocínio está Ruy Miller Paiva, que justifica sua tese a partir de análises estatísticas, mostrando que, mesmo com mudança rápida da população campo-cidade, a agricultura conseguiu sustentar essa grande massa de população nas cidades, exercendo outras atividades, observando, é claro, ainda o seu crescimento vegetativo.⁶

Analisa ainda Ruy Miller, que não basta que a agricultura abasteça a sociedade com produtos a preços regulares, nesse seu compromisso econômico e social, mas é muito importante também que remunere os agricultores, e tire os trabalhadores rurais da miséria:

"Através da modernização da agricultura pode-se, portanto, alcançar esse conjunto de objetivos que, a primeira vista, poderiam parecer contraditórios, ou seja, conseguir aumentos de produção e renda líquida na agricultura e, ao mesmo tempo, redução dos preços dos produtos e elevação dos salários dos empregados".⁷

Analisa ainda que a modernização da agricultura não deve ser empreendida nela por ela mesma: é necessário formar um pujante mercado consumidor interno, no sentido de dar guarida e estabilizar a produção agrícola de produtos de consumo interno, porque para os produtos de exportação, o mercado externo já permite a modernização.

Nesse sentido, observa Miller que o agro brasileiro vive uma situação em duas faces. De um lado, a agricultura dotada de moderna tecnologia, enquanto que, de outro lado, há uma agricultura do tipo tradicional, à espera da organização de um mercado

⁴ FURTADO, Dialética do Desenvolvimento, p.127.

⁵ DELFIM NETTO, Notas Sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário, p. 9

⁶ PAIVA, Apreciação Geral Sobre o Comportamento da Agricultura Brasileira, p.66.

⁷ Idem. 1974. p. 220.

interno consumidor estável e com poder de compra regularizado, que possa reverter aos produtores agrícolas retornos no sentido de manter a modernização da agricultura.⁸

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou uma política econômica agressiva em favor do desenvolvimento industrial, que não foi implementada, porém, no setor agrícola que, por diversas ocasiões, sofreu os desmandos dos tabelamentos injustos de preços, de taxas cambiais desfavoráveis, de falta de uma garantia efetiva de preços mínimos, além de outras medidas que, conjuntamente, contribuíram para uma maior transferência de renda da agricultura para os demais setores da economia brasileira.⁹

Com o esforço do governo brasileiro em favor do desenvolvimento, no início da década de 70, o Brasil conseguiu um enorme salto, no que se refere ao setor não agrário, podendo ser equiparado aos países mais desenvolvidos, mas com um enorme custo social, porque a renda nacional continuava concentrada, mal distribuída e o Estado brasileiro havia contraído uma enorme dívida com a busca da poupança externa, além de haver promovido o êxodo rural.¹⁰

Como efeito deste desenvolvimento industrial, duas novas situações surgem. De um lado, as cidades não estavam preparadas para receber do campo a grande "massa" da população que chegava, nem quanto à absorção da mão-de-obra, emprego, nem quanto à infra-estrutura, habitações, em tão curto espaço de tempo. De outro lado, o esvaziamento do campo e, como consequência, a carência de mão-de-obra barata.

Era necessário agora direcionar esforços no sentido de manter a agricultura produzindo, acumulando, e ainda controlando os preços para o consumidor final, restando assim duas opções: incorporar extensivamente novas áreas produtivas de terras férteis, o que já não era mais possível com o esgotamento da fronteira agrícola, ou a modernização da agricultura.¹¹

A modernização só será feita com o investimento de capital na atividade agrícola, ou seja, com o emprego de máquinas, implementos, adubos, sementes selecionadas, mão-de-obra treinada, etc, o que só poderá ser viável se houver retorno, no sentido de cobrir todo esse enorme empreendimento, o que só poderá acontecer ao final com a colocação dos produtos agrícolas em um mercado organizado e aquecido.¹²

⁸ Idem. 1975. pp. 130-131.

⁹ Idem. 1966. pp. 111-112.

¹⁰ SERRA, Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. pp. 87-88.

¹¹ GRAZIANO NETO, Capitalismo e Tecnologia no Campo. Notas Preliminar, p. 83.

¹² SILVA, Agricultura e Crescimento Econômico, p. 25.

Nesse sentido, o governo brasileiro, mobilizou-se na busca de uma política agrícola que pudesse viabilizar todo esse processo para aumentar a produção e a produtividade, trabalhando numa série de frentes e fatores para que fosse concretizado o projeto da modernização. Atraindo o capital estrangeiro, adequando a legislação trabalhista, contraindo novos empréstimos na forma de capital ou instrumentos, que proporcionassem a modernização da agricultura, buscando novos mercados para os produtos agrícolas, modernizando os portos, melhorando as rodovias interestaduais, construindo rodovias vicinais (já que nosso sistema de transportes interno estava baseado nas rodovias), construindo também nas regiões produtoras (Centro-sul) uma enorme rede de armazéns e silos e, por outro lado, ampliando o número de produtos para o mercado de exportação. Dentre estes destacam-se: café, soja, algodão, cacau, fumo, açúcar frutas e seus derivados da agroindústria.

Nesse sentido, o governo estava empenhado em atender o consumo interno, ampliar o leque de produtos agrícolas para abastecer o mercado externo, melhorar a renda do agricultor, mas principalmente controlar as contas externas, equilibrar o balanço de pagamentos, e criar condições para o desenvolvimento rápido do agro-brasileiro.

Desta feita, foram criados vários mecanismos de apoio ao desenvolvimento do setor, como a política de preços mínimos, o seguro agrícola, a assistência técnica e a pesquisa agrícola e, principalmente, o crédito agrícola, além de um selecionamento dos produtos de sustentação do projeto, e entre eles o café, que iremos analisar em seguida.

CAPITULO III

EXPANSÃO INICIAL DA CAFEICULTURA NO BRASIL E POLÍTICAS POSTAS EM PRÁTICA

1. INTRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL

O café chegou à Guiana Francesa através do governador de Caiena, que conseguiu, de um francês chamado Morgues, uma libra de sementes de café, colhida dos cafeeiros que os holandeses haviam plantado no Suriname e as semeou no pomar de sua residência.

Em 1727, o governador do Maranhão e Grão Pará, João da Maia da Gama, outorgou ao Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta uma missão oficial, com o propósito de solucionar os problemas de delimitação de fronteiras, na região de "Montagne d'Argent", na Guiana Francesa, sendo admitido que Palheta teria ido também com uma missão secreta, de conseguir algumas sementes do fruto, que segundo informações transmitidas ao governador Maia, possuía grande valor comercial. Palheta conseguiu algumas sementes e cinco mudas.¹³

2. EXPANSÃO INICIAL DA CAFEICULTURA

No Brasil, as primeiras sementes e mudas foram plantadas em Belém do Pará e, no ano seguinte, o café foi introduzido no Maranhão e daí se irradiou, em pequenas plantações, aos Estados vizinhos, tendo atingido a Bahia em 1770. Em 1774, o desembargador João Alberto Castelo Branco trouxe, do Maranhão para o Rio de Janeiro, algumas sementes de café, que foram plantadas no Convento dos Barbadinhos. O Marques do Lavradio (Vice-rei) e o Bispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim, fomentaram a ampliação da cultura, havendo, este último, inclusive cultivado um viveiro na Fazenda do Capão.

16

Do Rio de Janeiro, o café expandiu-se pelos contra-fortes da Serra do Mar, atingindo em 1825 o Vale do Rio Paraíba do Sul, tendo alcançado daí os Estados de São Paulo e Minas Gerais. O café estendeu-se nos solos férteis, derrubando a mata tropical, abrindo estradas, fixando povoações e criando riquezas, com a exploração do solo virgem, rico em nutrientes, e da mão-de-obra escrava a baixo custo e abundante.

Inicia-se o ciclo do café, após a decadência do ciclo do ouro e da cana-de-açúcar, com o café implantando-se solidamente.

No centro-Sul, em condições ecológicas altamente favoráveis, o café atingiu o Oeste Paulista, em 1840, quando Campinas plantou os seus primeiros cafezais, alcançando Ribeirão Preto em seguida. No Noroeste Paulista em 1920. Alta Sorocabana e Alta Paulista e o Estado do Paraná entre 1928 a 1930. O norte do Estado do Rio de Janeiro e o espírito Santo já cultivavam o café desde 1920.¹³

3. PRIMEIRAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ E POLÍTICA DE MANUTENÇÃO DE PREÇOS

O Brasil não era considerado como exportador de café até 1820, embora em 1800 o café tenha sido exportado pela primeira vez, quando apenas treze sacos foram embarcados no porto do Rio de Janeiro. Antes da Independência, consta que algumas outras partidas de café foram realizadas, tendo como destino Lisboa e sendo cafés principalmente dos Estados do Norte, mas em pequenas quantidades que nem sequer foram anotadas. Com a Independência do País iniciou-se realmente a era do café e, em 1845, o Brasil já colhia 45% da produção mundial, destacando-se assim como o maior produtor.

O café foi implantado com o mínimo de conhecimento da cultura. A mata era derrubada, queimada e o café semeado, procurando-se apenas plantar a lavoura em terrenos férteis. Era o início da ação predatória do meio ambiente virgem. O desconhecimento não tardou em trazer à incipiente cafeicultura grandes impactos e, já em 1870, uma grande geada atingia drasticamente as magníficas plantações das férteis

¹³ "MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO - MIC. Instituto Brasileiro do Café - IBC. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA", p. 3.

¹⁴ Ibid. pp. 3-4.

regiões do Oeste Paulista. No entanto, o café continuou o seu desenvolvimento, com o avanço das estradas de ferro e abertura de novas áreas, resultando uma rica safra de 3.8 milhões de sacas em 1874-1875.

Na década 1881 a 1890, a exportação de café representou 61,5% das exportações brasileiras, porém em 1888 a abolição da escravidão motivou perda de grande parte da safra.

Em fevereiro de 1906 reuniram-se em Taubaté (SP) os governadores dos Estados maiores produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), assinaram um acordo que garantia aos produtores um certo preço, em moeda corrente, por saca de café entregue aos portos de embarque. Essa política viria exercer uma influência de grande relevância no setor cafeeiro do Brasil e no comércio de café mundial, durante muitos anos seguintes.¹⁵

4. CARACTERIZAÇÃO DOS CICLOS ECONÔMICOS DA CAFEICULTURA

A evolução da cafeicultura brasileira tem ocorrido em ciclos econômicos que podem ser caracterizados através de quatro parâmetros principais: a população cafeeira, o nível de produção, os preços e o nível dos estoques. A ação conjunta destes fatores determina fases distintas da economia cafeeira: de expansão e de retração.

Cada ciclo é composto destas duas fases. No início, ocorrem bruscas elevações nos preços do café em decorrência, principalmente, dos baixos níveis de estoques. Depois de um aumento significativo nos preços, tem ocorrido, cerca de 4 a 5 anos depois, uma elevação marcante nos plantios e na produção de café. Com o aumento na oferta ocorre uma reversão do processo e o ciclo é fechado com a queda nos preços e conseqüente desestímulo à lavoura cafeeira.

Para análise e discussão deste processo econômico tomaremos, como exemplo, o último ciclo completo, verificado no período de 1945 a 1969. Em seguida, é determinada a nova fase de expansão da cafeicultura brasileira, que será observada em nosso estudo. A evolução da economia cafeeira entre 1945 e 1969 constitui um ciclo característico, onde as condições de mercado ocorreram rapidamente e de forma

intensa. As fases de expansão e retração foram identificadas nos períodos de 1945 a 1954 e de 1955 a 1969, respectivamente.¹⁶

4.1. EXPANSÃO: 1945 A 1954

Após o término da Segunda Grande Guerra, já haviam condições adequadas à expansão da economia mundial, e, assim, o preço do café começou a subir em 1946. Paralelamente, os estoques foram reduzidos devido à destruição do café no período anterior e pela crescente demanda mundial.

Houve estímulo para os novos plantios, concentrados no Paraná, em áreas recém-desbravadas, embora tenha havido plantio generalizados em todos os Estados cafeeiros. O período de plantio mais intenso começou por volta de 1950 e continuou por mais de dez anos.

Entre 1950 e 1960, a população cafeeira no Brasil quase dobrou, passou de cerca de 2,2 bilhões de pés café para 4,3 bilhões e a área aumentou de aproximadamente 2,7 milhões de hectares para 4,9 milhões de hectares.

A produção subiu de 9 milhões de sacas para 16 milhões de sacas por ano, até 1955, quando se colheu mais de 22 milhões de sacas, excedendo as possibilidades de exportação.¹⁷

4.2 A FASE DE RETRAÇÃO - 1955 A 1969.

Em 1955, teve início um período de superprodução, protelado, ligeiramente, pelos efeitos da geada de 1955, mas durante os seis anos subseqüentes houve oferta excedente. O governo Federal interviu novamente, com o objetivo de manter os preços internacionais do café e, em 1962, os estoques governamentais ultrapassaram 42 milhões de sacas, embora entre 1959 a 1962 tivessem sido destruídas quase 10 milhões de sacas. O preço médio, no entanto, caiu ano a ano.

¹⁵ Ibid. pp. 4-5.

¹⁶ Ibid. pp. 6-7.

¹⁷ Ibid. p. 7.

As violentas geadas de 1962 e 1963, no Paraná, reduziram novamente a produção exportável em 1963, mas em 1965 a produção já era de quase 30 milhões de sacas (produção registrada).

O programa oficial para a erradicação de café foi lançado e o número total de cafeeiros no Brasil, que havia atingido o ápice de 4,3 bilhões em 1960 (uma área de aproximadamente 4,9 milhões de hectares), foi reduzido para 2,3 bilhões (uma área de aproximadamente 2,7 milhões de hectares), em 1967.

Nesse período de superprodução, o consumo interno foi vigorosamente promovido: os estoques do governo foram vendidos a preços subsidiados para o consumo doméstico, a partir da segunda metade de 1959 e, em 1962, a utilização havia atingido 6,2 milhões de sacas por ano, representando um consumo de 5,1 kg "per capita" ao ano, em 1965.¹⁸

4.3 ERRADICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO.

Dentro da fase da economia cafeeira compreendida no período 1960 a 1969, merece destaque o esforço efetuado pelo governo brasileiro no sentido de reduzir a oferta de café, através de um amplo programa de erradicação de cafezais e diversificação das áreas liberadas para o plantio de outras culturas.

Nessa época, a expectativa da produção média anual no Brasil era da ordem de 36 milhões de sacas anuais, e a demanda calculada em 24 milhões de sacas anuais, das quais 18 milhões para exportação, e 6 milhões para consumo interno. Conseqüentemente, a previsão do excedente médio anual era de 12 milhões de sacas. Além dessa situação, o governo mantinha um estoque da ordem de 43 milhões de sacas, e mais 7 milhões de sacas de "expurgo", que ocupavam uma área de 100 hectares de armazéns, com despesa anual de 65 milhões de cruzeiros (valores de 1970), sem contar as despesas com substituição anual de 20% da sacaria.

Diante dessa conjuntura, o Governo Federal colocou em execução um programa de erradicação de cafezais, tendo por meta a eliminação de dois (2) bilhões de cafeeiros, visando não só reduzir a produção anual para cerca de 24 milhões de sacas, adequada ao atendimento da demanda, mas também para corrigir a estrutura econômica das regiões

¹⁸ Ibid. pp. 7-8-9.

cafezeiras do Brasil, distorcida por força da monocultura. A plantação extensiva do café, durante muitos anos o único produto com densidade econômica apreciável, relegou para um segundo plano as culturas de subsistência e de demanda do mercado interno. Essa situação do setor agrícola estava em flagrante desacordo com a atualidade econômica do país, que se encontrava em ritmo de crescimento demográfico muito acentuado, a par de um surto industrial em rápida ascensão.

A economia cafeeira, igualmente, encontrava-se em situação anormal, com os preços internacionais sendo pressionados pela desproporção da oferta. Os estoques acumulados continuariam aumentando, obrigando gastos com a compra de excedentes e armazenagem, agravando, conseqüentemente, a situação financeira do país.

No mesmo sentido, os baixos índices de produtividade das lavouras, como resultado do empobrecimento dos solos, da idade avançada dos cafezais e das falhas agronômicas na implantação das lavouras, tornava difícil e antieconômica a manutenção ou a melhoria das condições de produção desses cafezais.

O programa de erradicação foi executado no período de 1962 a 1967, quando foi promovida a erradicação de 1.38 bilhões de cafeeiros, que somados a cerca de 350 milhões de pés, erradicados espontaneamente pelos cafeicultores, totalizam 1.73 bilhão, número este muito próximo da meta idealizada em 1962, quando o IBC formulou seu plano de trabalho.

A erradicação procedida pelo programa, foi executado maciçamente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo, os maiores produtores de café do país.¹⁹ Uma reportagem do jornal "Tribuna de Minas", de Uberlândia, noticia este processo no Estado de Minas Gerais e dá conta do seu impacto na cafeicultura mineira:

"O programa de erradicação dos cafezais em Minas Gerais atingiu principalmente a Zona da Mata Mineira, onde cerca de 340 milhões de pés de café, ou aproximadamente 43% do total dos cafezais do Estado foram erradicados, contribuindo decisivamente para o esvaziamento econômico da região. Além da enorme liberação da mão-de-obra cerca de 40 mil trabalhadores na cafeicultura, não foram absorvidos por outros setores de atividades agrárias, a erradicação acabou levando o desânimo a Zona da Mata, onde produtores já enfrentavam outros problema, ocasionados por uma topografia amarrada a montanhosa região, dificultando o cultivo de culturas anuais".²⁰

Quanto à diversificação de culturas, o aproveitamento das áreas liberadas para o plantio das culturas sucessoras do café possibilitou, de 1962 a 1967, a utilização de cerca

¹⁹ Ibid. pp. 9-10.

²⁰ TDM'05-09-72. p. 01.

de 818 mil hectares, em sua maioria diversificados para pastagem (45%) e milho (19%), seguindo-se o arroz (8%), algodão (6%) e feijão (4,5%).

Outras características importantes do Programa foram a promoção de pesquisas, a produção de sementes e mudas selecionadas para revenda aos lavradores, a melhoria da infra-estrutura regional e a industrialização de produtos agropecuários.

4.4 A NOVA FASE DE EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA, A PARTIR DE 1970.

Após a erradicação (1962 a 1967) chegou-se, em 1969, com uma população cafeeira de cerca de 2,3 bilhões de pés, com uma produção aproximada de 23 milhões de sacas anuais, total considerado próximo da demanda estimada pelo IBC, para atender o mercado interno e externo.

Com a ocorrência da geada de 1969 no Paraná, a safra 70-71, que estava estimada em 18 milhões de sacas, ficou reduzida a 1,8 milhões de sacas o que, agravado pelas secas em São Paulo, alterou substancialmente o potencial de produção.

A constatação da ferrugem do cafeeiro no País, a partir de 1970, tornou mais evidente a necessidade de renovação dos cafezais, para elevar o nível de produção e incorporar novos sistemas de cultivo.

Foi, então, lançado o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC), executado no período 1969-70 a 1979-80, compreendendo programações de crédito e assistência técnica para: produção de mudas, formação de cafezais, aquisição de fertilizantes, defensivos e equipamentos e melhoria de infra-estrutura de preparo do Café.²¹

Nesse sentido, o "Jornal Correio de Uberlândia" (CDU), destaca o fato de que

"mais de 100 mil propostas de financiamento já foram feitas nos Estado cafeeiros, dentro do Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais, através das agências do Banco do Brasil S.A. e de outros estabelecimentos credenciados. A afirmação é do diretor de Produção do IBC, agrônomo José Maria Jorge Sebastião, durante o I Encontro São Paulo- Minas em prol do Café, realizado em Ribeirão Preto. O diretor do IBC disse que o governo vai aplicar Cr\$ 4 bilhões no novo Plano, 'em lavouras que prometam alta rentabilidade, pois não interessa quantidades de pés de café, somente para efeito de

²¹ "MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO. Instituto Brasileiro do Café. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA". op. cit. pp. 7-13.

estatística'. Revelou que o objetivo governamental é elevar a média de produção, por hectare, para 3 a 4 mil quilos".²²

Além disso,

"o presidente do IBC, Carlos A. A. Pinto, declarou que a determinação do Ministério da Indústria e Comércio para uma nova relação de preços para a cafeicultura nacional vem sendo cumprida com a transferência dos ganhos obtidos pelo aumento do café brasileiro no mercado internacional. Os resultados mais significativos e imediatos foram o aumento de 5,61 dólares por saca de café brasileiro obtido até 16 de junho. O outro dado importante foi a transferência para o setor privado do aumento obtido, de acordo com orientação do Ministro Pratini de Moraes, visando a melhoria dos preços internos.

Segundo Andrade Pinto, a administração do IBC conseguiu, de janeiro a junho de 1972, inverter a tendência declinante do mercado obtendo progressivamente o aumento do preço do café brasileiro acompanhado de um aumento geral dos preços dos países produtores, graças aos entendimentos bilaterais mantidos com a Colômbia e com a Costa do Marfim que evoluíram para os acordos de Genebra e Paris.

Andrade Pinto destacou, também, a importância do Plano Trienal da Cafeicultura, prevendo o plantio de 600 milhões de novos pés de café, sendo 200 milhões ainda em 1972. Assinalou que o novo plano apresenta vantagens em relação aos anteriores, especialmente quanto às condições de juros e prazos, além de ter incluído o financiamento para máquinas e equipamentos: 'É interesse do IBC recuperar nosso parque produtivo, repassando aos produtores, os ganhos arrecadados no mercado internacional'.

Disse ainda o Presidente do IBC que em menos de dois meses já haviam sido solicitados financiamentos para 120 milhões de novos pés, dentro da meta dos 200 milhões previstos para aquele ano. O governo colocou à disposição da cafeicultura recursos de 4,2 bilhões de cruzeiros, que estavam à disposição dos cafeicultores nas agências dos Bancos Oficiais dos Estados do Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo e Minas Gerais".²³

Em outra reportagem,

"Novamente o Presidente do IBC voltou a destacar, no Rio, a importância do Plano Trienal da Cafeicultura lançado pelo Presidente Médici. E faz uma comparação: para os anos 1969 e 1970, o Plano previa o plantio de 100 milhões de pés de café, mas foram plantados 39 milhões. Os financiamentos oferecidos para o plantio previam juros de 17% ao ano. Para 1970 e 1971, o plano previa o plantio de 200 milhões de pés de café. Foram plantados 110 milhões de pés de café, e o financiamento foi oferecido para plantio a uma taxa de juros de 6% ao ano, e de 7% ao ano, para fertilizantes. Para mudas os juros foram da ordem de 17% ao ano. Já para o período de 1971 a 1972, o plano previa o plantio de 120 milhões de pés. Os financiamentos oferecidos para plantio, previam juros de 6% ao ano, e de 7% ao ano para fertilizantes. Para mudas, os juros baixaram para 6%, mesmo patamar para os defensivos.

²² "IBC" recebe Proposta de Financiamento" CDU". 23-06-72. p. 4.

²³ "Café transfere a Lavoura lucros do aumento de preços" "CDU", 23-06-72, p. 7

As vantagens colocadas para o novo plano a vigorar de 1972 a 1973 são estas: plantio com juros de 3% ao ano, para pagamento em 6 anos; fertilizantes com juros de 7% ao ano, para pagamento em 2 anos; mudas, com juros de 3% ao ano para pagamento em 3 anos; defensivos, 3% ao ano para pagamento em 18 meses; receita, sem juros, para pagamento em 2 anos; máquinas, sem juros, para pagamento em 4 anos".²⁴

Cuidando dos aspectos ligados a produção, técnica de cultivo, melhoria de renda das propriedades e desenvolvimento econômico e social, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) atingiu e mesmo ultrapassou em alguns casos as metas originalmente traçadas. O volume de aplicações foi crescendo ano a ano, o que por si só já é um indicador do desenvolvimento proporcionado ao setor cafeeiro. A meta será chegar a 1979/80 a 2,0 bilhões de cafeeiros dentro da tecnologia mais moderna, o que significa a renovação de mais de 60% do parque cafeeiro nacional.

Os plantios de café foram sendo efetuados em diferentes áreas, influenciados principalmente pela situação de mercado e preço do produto, pelo custo dos fatores de produção, pelas condições dos créditos oferecidos e pelo trabalho de divulgação e orientação técnica aos cafeicultores²⁵.

Nesse contexto,

"Em mensagem dirigida ao Ministro Vinicius Pratini de Moraes, da Indústria e Comércio, a Federação da Agricultura de Minas Gerais solicita providências no sentido de urgência na contratação pelo IBC de novos técnicos com vistas ao melhor suporte técnico para o programa de renovação das lavouras de café.

A solicitação, assinada pelo presidente da FAEMG, José Alves Filho e Newton Ferreira de Paiva, presidente da Comissão do Café, explica que a equipe técnica do IBC atualmente disponível, embora atuando com o máximo zelo e integral dedicação, está incapaz de atender satisfatoriamente, em virtude de sua intensidade, os pedidos de financiamentos para novas lavouras, em face do grande interesse na renovação dos cafezais de todo o Estado de Minas Gerais.

Vinte e Cinco municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, acabavam de ser incluídos entre os que, em Minas, seriam beneficiados pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), obtendo financiamentos previsto no Programa.

Para efeito de liberação, serão beneficiados área com altitudes acima de 700 metros, nesses municípios: Água Comprida, Araguari, Campina Verde, Campo Florido, Comendador Gomes, Cascalho Rico, Conceição das Alagoas, Douradoquara, Estrela do Sul, Indianópolis, Irai de Minas, Ituiutaba, Fronteira,

²⁴ "Café: Novo fator de Progresso II" "CDU", 28-06-72, p. 7

²⁵ "MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO. Instituto Brasileiro do Café. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. GERCA". op. cit. p. 13-

Frutal, Grupiara, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Pirajuba, Planura, Prata, Romaria, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia".²⁶

Cuidando dos aspectos ligados à produção, técnica de cultivo, melhoria de renda das propriedades e desenvolvimento econômico e social, o Plano de Renovação e revigoração de Cafezais (PRRC) tem atingido e mesmo ultrapassou, em alguns casos, as metas originalmente traçadas. O volume de aplicações atingiu cerca de Cr\$46,4 bilhões, o que por si só já é um indicador do desenvolvimento proporcionado ao setor cafeeiro. Durante o período do Plano, até 79/80, foram plantados cerca de 2 bilhões de cafeeiros dentro da tecnologia mais moderna, o que significou a renovação de mais de 60% do parque cafeeiro nacional.

Um resumo das ações empreendidas pelo IBC e seu alcance pode ser visualizado através do quadro abaixo:

Atividades	Cr\$ milhões
Formação de mudas	455,2
Plantio	11.855,0
Podas de recepa e decote	12,2
Aquisição de fertilizantes e defensivos	19.829,6
Aquisição de equipamento	706,0
Podas em cafezais geados	1.484,0
Custeio especial de cafezais geados	7.500,0
Replantio de cafezais geados	1.870,0
Melhoria de infra-estrutura a nível de propriedade	849,0
Melhoria de infra-estrutura a nível regional	669,0
Ampliação da exper. cafeeira e assistência técnica	1.200,0
Total	46.430,0

Fonte: "Relatório do IBC -GERCA" -op. cit. 1980. p.11.

Os plantios de café, efetuados nos sucessivos períodos e nas diferentes áreas, foram influenciados principalmente pela situação de mercado e preço do produto, pelo custo dos fatores de produção, pelas condições dos créditos oferecidos e pelo trabalho de divulgação e orientação técnica aos cafeicultores.

Além dos reflexos econômicos, melhorando a renda das propriedades cafeeiras, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais promoveu a implantação de moderna tecnologia para o aproveitamento de áreas novas, especialmente os "cerrados", e micro-climas apropriados do Nordeste brasileiro. Nessas regiões, a cultura do café abre caminho para a exploração racional de outras lavouras, principalmente arroz, soja, trigo e milho.

²⁶ "Mais técnicos para o IBC" "TDM", 12-09-72. p. 5

Em relação ao revigoramento de cafezais, os créditos fornecidos propiciaram condições para um melhor tratamento das lavouras, seja através das fertilizações ou do controle das pragas do cafeeiro. Nesse particular, os recursos fornecidos estimularam convenientemente a adoção das medidas recomendadas, especificamente em relação à “ferrugem” do cafeeiro, cujo controle passou a ser praticado em cerca de 60% dos cafezais brasileiros, número relativamente elevado tendo em vista o caráter inovador da prática.

Dentro do trabalho de Renovação e Revigoramento de Cafezais torna-se necessário destacar a importância que o Instituto Brasileiro do Café deu às atividades de Pesquisa e Assistência Técnica à cafeicultura.

A Assistência Técnica era praticada diretamente pela Autarquia, por intermédio de uma rede de escritórios, atendendo 17 Estados cafeeiros, centralizando-se nos principais municípios. Além disso, o IBC firma periodicamente convênios com as Secretarias de Agriculturas dos Estados para suplementação dos trabalhos de orientação técnica. As cooperativas de cafeicultores igualmente são assistidas pelo órgão no sentido de fortalecer a empresa cafeeira, melhorar o nível de organização sócio-econômica dos produtores e aumentar a renda do setor.

A Assistência Técnica e Creditícia estava conjugada a um programa de pesquisa cafeeira, onde a atuação do IBC objetivava a solução dos problemas levantados no campo. Os trabalhos obedeciam a um planejamento nacional do qual participam outras entidades, como Institutos, Universidades e Secretarias de Agricultura, através de convênios.

Os ensaios e experimentos abrangem diversas áreas da cafeicultura como: melhoramento genético, pragas e doenças, mecanização, adubação, práticas culturais, qualidade do café, ecologia e fisiologia, além de aspectos sócio-econômicos da produção cafeeira. Os resultados obtidos são avaliados pelos especialistas e levados a Congressos de Pesquisas Cafeeiras de ampla divulgação nacional e internacional, e daí incorporados à prática dos cafeicultores.²⁷

5. DIAGNÓSTICO DO SETOR DA LAVOURA CAFEIEIRA

5.1. População Cafeeira, Produção e Produtividade.

²⁷ “MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO - MIC. Instituto Brasileiro do Café - IBC. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA” op cit. p. 14.

O potencial produtivo da cafeicultura brasileira é dimensionado em função do parque cafeeiro e dos níveis de produtividade alcançados nas lavouras. A população cafeeira, analisada no período de 1961 a 1979, mostra 3 fases distintas de evolução. A primeira, até 1971, com uma redução de 1,754 milhões de cafeeiros representando um decréscimo de cerca de 43% em razão da erradicação e dos desestímulos à cultura. Em seguida, de 1971 a 1975, como resultado da execução do (PRRC), houve um aumento de 618 milhões de cafeeiros (27%). Em 1975/76, voltou a cair ligeiramente em decorrência da geada de julho de 1975, retomando sua trajetória ascendente com as medidas postas em prática para recuperação das lavouras.

O aumento do Parque cafeeiro não ocorreu em proporção direta dos novos plantios, pois a ampliação das áreas cafeeiras tem que compensar o processo de abandono de cafezais, verificado na ordem de 30 a 50 milhões de pés por ano. O processo de abandono em condições normais tem origem no envelhecimento dos cafeeiros e no depauperamento dos solos, sendo grandemente acelerado quando da ocorrência de geadas. Em 1975/76, em razão da geada, 300 milhões de cafeeiros saíram definitivamente de produção.

A população cafeeira nacional estimada em 1979, atinge 3.340 milhões de pés dos quais 760 milhões cafeeiros novos e 2.580 milhões adultos.

No aspecto regional observou-se maior crescimento do número de cafeeiros em Minas Gerais, nos “Estados pequenos produtores” e em São Paulo, evidenciando o efeito do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, na incorporação de novas áreas de plantio.

A produção de café, no período 1964-80 evoluiu com trajetória semelhante ao parque cafeeiro, apenas com defasagem de 2 a 3 anos refletindo o período necessário para entrada dos novos cafeeiros em produção ou para recuperação dos ramos produtivos no caso de lavouras atingidas por geadas.

Comparando-se a média das safras do biênio 1965/66 com os níveis de produção do quadriênio 1972/75, observa-se um decréscimo de 22%

Nas safras 1974/75 e 1975/76 já se esboçava uma mudança de tendência na produção brasileira de café, com uma média de 25,1 milhões de sacas.

A geada ocorrida em julho de 1975 reduziu a capacidade de produção, resultando numa média de produção 76/77 -77/78 de 10,4 milhões de sacas quando, na

ausência desse fenômeno, seriam colhidas no biênio cerca de 50 milhões de sacas. A longo prazo, a saída de produção de cerca de 300 milhões de cafeeiros, estava sendo compensada pelos replantios que foram efetuados em 1976/77 e 1977/78.

Com os estímulos concedidos através do crédito e assistência técnica para a renovação dos cafezais, a faixa de cafeeiros com baixa produtividade foi sendo reduzida gradativamente, pois o cafeicultor deixa de explorar os cafezais com baixa produtividade, e praticamente anti-econômicos, quando dispõe de outra lavoura renovada, muito mais produtiva.²⁸

6. A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA A PARTIR DE 1969

Após o período da erradicação remunerada promovida pelo Governo Federal, como consequência do excesso de produção, e o estrangulamento do mercado internacional comprador, a cafeicultura brasileira entrou em crise de produção, primeiro porque sua população foi reduzida a um equilíbrio entre produção e mercado consumidor. Segundo, a ocorrência da geada em 1969 no Brasil, atingiu os cafezais do Paraná, gerando um novo desequilíbrio entre produção e consumo. Se a situação anterior a 1969 era de abundância, a situação atual era de escassez e dificuldade.

No sentido de salvar a cafeicultura, principal produto de exportação do país, foi, então, lançado o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), executado no período de 1969/70 a 1979/80, pois para aumentar a produtividade, a possibilidade viável era a racionalização e modernização, pois terras virgens e férteis já não mais existiam, devido o fechamento da fronteira agrícola. Tornava-se necessário a reocupação das antigas áreas produtoras, e a ocupação de novas frentes, mesmo que de terras de menor potencial de fertilidade.²⁹

Nesse contexto, reportagens noticiadas nos jornais de Uberlândia vêm comprovar o que pretende o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), uma delas noticiada no jornal "Correio de Uberlândia" veiculada com o título: "Cafeicultura Mineira vai Crescer".

²⁸ "MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO - MIC. Instituto Brasileiro do Café - IBC. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA". op. cit. pp. 14 -17.

²⁹ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO/IBC/GERCA. *Cultura de Café no Brasil*. Pp. 9-10-11.

"A inclusão de 25 municípios do Triângulo no Programa de Financiamento de Plantio de Cafezais, anunciada em Uberlândia pelo diretor do IBC, pode representar a curto prazo, cerca de 10 milhões de novos cafeeiros em Minas. No Triângulo envolverão 25 municípios com altitudes superiores a 700 metros. O Triângulo Mineiro está acima desta altitude.

A cafeicultura mineira, a que mais cresce no país na atual safra, com 4 milhões de sacas.

A curto prazo, pelo menos 10 milhões de novos cafeeiros se incorporarão a produção mineira, aumentando a perspectiva geral do setor no Estado, que poderá plantar, este ano, mais de 70 milhões de novas covas.

O suporte técnico ao programa do Triângulo, será dado por 40 agrônomos e 70 especialistas no setor, que se deslocarão imediatamente para a região.

Com a liberação do Triângulo e os programas de revigoramento e plantio nas zonas da mata, Sul de Minas, Campos da Vertente e Oeste, a produção cafeeira em Minas poderá crescer a níveis superiores aos verificados nos últimos anos tornando Minas o grande produtor nacional

*As áreas com altitudes acima de 700 metros dos municípios de Água Comprida, Araguari, Campina Verde, Campo Florido, Comendador Gomes, Cascalho Rico, Conceição das Alagoas, Douradoquara, Estrela do Sul, Indianópolis, Irai de Minas, Ituiutaba, Fronteira, Frutal, Grupiara, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Pirajuba, Planura, Prata, Romaria, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia, já podem ser utilizada para o plantio de café, utilizando os recursos do IBC."*³⁰

Dessa forma inaugurava-se um novo período para a cafeicultura, o de utilização de moderna tecnologia que inclui: insumos que permitissem a recuperação de terras cansadas e colocassem em condições de produção remuneradora terras, até então, impróprias para o cultivo e produção de café.

Os plantios de café, efetuados nos sucessivos períodos e nas diferentes áreas (quadro 1), foram influenciados principalmente pela situação de mercado e preço do produto, pelo custo dos fatores de produção, pelas condições dos créditos oferecidos e pelo trabalho de divulgação e orientação técnica aos cafeicultores.

Em relação ao revigoramento de cafezais, os créditos fornecidos propiciaram condições para um melhor tratamento das lavouras, seja através das fertilizações ou do controle das pragas e doenças do cafeeiro.

Nesse particular, os recursos fornecidos estimularam convenientemente a adoção das medidas recomendadas, especialmente em relação à "ferrugem" do cafeeiro cujo controle já era praticado em cerca de 60% dos cafezais brasileiros, número relativamente elevado tendo em vista o caráter inovador da prática.

A Assistência Técnica e Creditícia estava conjugada a um programa de pesquisas, onde a atuação do IBC objetivava a solução dos problemas levantados no campo. Os trabalhos obedeciam a um planejamento nacional do qual participaram outras entidades, como Institutos, Universidades e Secretarias de Agricultura, através de Convênios.

Os ensaios e experimentos abrangem diversas áreas da cafeicultura como: melhoramento genético, pragas e doenças, mecanização, adubação, práticas culturais, qualidade do café, ecologia e fisiologia, além de aspectos sócio-econômicos da produção cafeeira. Os resultados obtidos são avaliados pelos especialistas e levados a Congresso de Pesquisas Cafeeiros de ampla divulgação nacional e internacional, e daí incorporados à prática dos cafeicultores.³¹

Quadro 02- resultado do Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais - 1969/70 a 1975/76, em milhões de covas.

ESTADOS	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	TOTAL
Paraná	08	57	40	94	13,2	22,5	37,5	96,9	369,1
São Paulo	19	38	13	96	53,0	42,8	22,7	109,2	393,7
Minas Gerais	11	40	29	102	58,2	46,1	63,8	212,2	562,3
Esp. Santo	-	01	05	009	9,4	3,3	11,7	19,5	58,9
Mato Grosso	-	-	1,3	39	10,2	3,0	00,05	1,3	54,85
Goiás	-	0,3	0,3	10	3,4	3,8	2,70	4,6	25,1
Bahia	-	-	1,0	8	4,9	4,1	19,00	21,7	58,7
Rio Janeiro	-	-	0,8	1,2	0,7	0,3	0,50	2,1	5,6
total	38,0	136,3	90,4	359,2	153,0	125,9	157,95	467,5	1.528,25

Fonte: IBC/GERCA/MIC. p. 12.

6.1. POPULAÇÃO CAFEIEIRA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

A população cafeeira, analisada no período de 1961 a 1979, mostra 3 fases distintas de evolução. A primeira, até 1971, com uma redução de 1.754 bilhões de cafeeiros representando um decréscimo de cerca de 43% em razão da erradicação e dos desestímulos à cultura. Em seguida, de 1971 a 1975, como resultado da execução do

³⁰ "Cafeicultura Mineira vai Crescer". "CDU", 26-08-72, p.7.

³¹ MIC/IBC/GERCA. pp. 12 e 13.

Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC), houve um aumento de 618 milhões de cafeeiros (27%). Em 1975/76, voltou a cair ligeiramente em decorrência da geada de julho de 1975, retomando sua trajetória ascendente com as medidas postas em prática para recuperação das lavouras.

O aumento do parque cafeeiro não tem ocorrido em proporção direta dos novos plantios, pois a ampliação das áreas cafeeiras tem que compensar o processo de abandono de cafezais, verificado na ordem de 30 a 50 milhões de pés por ano. O processo de abandono em condições normais tem origem no envelhecimento dos cafeeiros e no empobrecimento dos solos, sendo grandemente acelerado quando da ocorrência de geadas. Em 1975/76, em razão da geada, 300 milhões de cafeeiros saíram definitivamente de produção.

No aspecto regional tem-se observado maior crescimento do número de cafeeiros nas áreas de Minas Gerais, "Estados pequenos produtores" e em São Paulo, evidenciando o efeito do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, na incorporação de novas áreas de plantio.

A produtividade tende a sofrer um ligeiro aumento com a entrada em produção de novo contingente de cafeeiros, implantados com tecnologia apropriada: variedades mais produtivas, maior emprego de fertilizantes e defensivos, além da condução dos tratos de forma mais racional.

A produtividade é um fator de grande importância na redução dos custos de produção, pois os gastos com os tratos culturais são semelhantes, com despesas fixas onerando mais o custo de cada saca colhida nas lavouras menos produtivas.

A potencialidade de produção da cafeicultura brasileira, na conjuntura atual, é representada por um parque de 2,6 bilhões de cafeeiros adultos produzindo em torno de 10 sacas beneficiadas por 1.000 pés, e portanto, em média 26 milhões de sacas anuais. A médio prazo os cafeeiros novos entrando em produção poderão elevar essa potencialidade até 30 milhões de sacas anuais.

A expressão dessa capacidade produtiva, entretanto, dependerá de fatores climáticos e conjunturais. As geadas e secas ainda podem causar sérios prejuízos, se bem que menores do que em anos passados, quando o parque cafeeiro estava concentrado no Paraná. Igualmente, as condições econômicas atuam estimulando ou desestimulando a

produção, como reflexo dos preços dos insumos e mão-de-obra, pagos pelos produtores, em relação aos preços de venda do café.³²

6.2 EXPORTAÇÕES

O café ainda se constitui no principal gerador de divisas para o Brasil. A evolução das exportações de café do Brasil podem ser vistas no (quadro 03), de 1820 a 1977.

Quadro 03. Exportações Brasileiras de Café - 1820 a 1977.

ANOS	Exportação - milhões de sacas de 60kg
1822	0,186
1830	0,440
1840	1,239
1850	2,485
1860	3,571
1870	3,287
1880	3,660
1890	5,109
1900	9,924
1910	9,724
1920	11,900
1930	16,500
1940	11,600
1950	16,600
1960	16,100
1963	19,514
1964	14,928
1965	13,497
1966	17,031
1967	17,331
1968	19,035
1969	19,613
1970	17,085
1971	18,399
1972	19,215
1973	19,817
1974	13,279
1975	14,604
1976	15,602
1977	10,083

Fonte: MIC/IBC/GERCA. pp. 6 - 20 - 250 anos do café no Brasil.

³² MIC/IBC/GERCA. pp. 13, 17, 18.

6.3 CONSUMO INTERNO

O consumo interno de café no Brasil situa-se, até 1980, na faixa de 6,5 a 7 milhões de sacas de 60 quilos/ ano, sendo os estados de maior consumo em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, também os maiores produtores.³³

QUADRO 04 - Composição da demanda do Café Brasileiro (exportação e consumo interno no período 1967/1978. Em milhões de sacas de 60 kg).

ANOS	EXPORTAÇÃO	CONSUMO INTERNO	TOTAL
1967	17.331	8.642	25.973
1968	19.035	8.642	27.973
1969	19.643	8.745	28.388
1970	17.085	8.888	25.973
1971	18.399	8.117	26.516
1972	19.215	6.650	25.865
1973	19.817	6.700	26.517
1974	13.279	7.000	20.279
1975	14.569	6.900	21.469
1976	15.602	6.410	22.012
1977	10.083	7.036	17.119
1978	12.551	6.811	19.362

FONTE: MIC/IBC/GERCA, P. 22

³³ MIC/IBC/GERCA, p.21.

CAPÍTULO IV

A CAFEICULTURA EM UBERLÂNDIA E NO TRIÂNGULO MINEIRO

O Município de Uberlândia situa-se na região mineira conhecida por Triângulo Mineiro, topograficamente situada em um planalto com altitude acima de 700 metros, delimitada ao norte pelo Rio Paranaíba e ao sul pelo Rio Grande.

As atividades econômicas mais importantes estão ligadas à agricultura, à pecuária, à agroindústria, ao comércio atacadista com destaque nacional e um parque industrial em afirmação. Dentre estas, vamos destacar a agricultura, e em especial a cafeicultura, objeto de nossa pesquisa.

Uberlândia, assim como o restante do Triângulo Mineiro, possui a maior parte de seu território enquadrado na categoria de cerrados, até a década de 60 mais utilizados para a tradicional criação extensiva de gado bovino para corte e a cultura do arroz e milho. Posteriormente, com a incorporação de modernas tecnologias, o setor agrícola avançou para novo patamar. Por outro lado, a região do Triângulo Mineiro tem o privilégio geográfico de estar situada em uma posição de destaque: no assim “chamado Brasil Central”, faz limites com o sul de Goiás, Mato Grosso do Sul, Norte de São Paulo, além, é claro, com o restante de Minas Gerais, interligando importantes cidades como Goiânia, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Uberaba, Araguari e muitas outras de menor porte. Servida por uma excelente malha de transportes, que inclui ferrovias (FEPASA e R.F.F.S.A.), inúmeras rodovias federais, estaduais e vicinais, a maioria já asfaltadas, ligando os mais importantes centros econômicos do país, inclusive aos mais importantes portos marítimos exportadores (Santos e Vitória), além de linhas aéreas regulares.

Esse progresso foi acelerado com a inauguração de Brasília no início da década de 60, e aí não parou mais de crescer economicamente e demograficamente. A região foi beneficiada, também, a partir da década de 70, com alguns programas de desenvolvimento econômico do Governo Federal direcionados para a Região Centro-Oeste, como o PRODOESTE, que muito beneficiou o Triângulo Mineiro quanto ao

melhoramento das rodovias que ligam as duas regiões. Ao lado deste, o POLOCENTRO, lançado em 29 de janeiro de 1975, também contribuiu com excelente parcela para desenvolver a região do Triângulo Mineiro, nas áreas da agricultura, com o estímulo à utilização de modernas tecnologias, no sentido da transformação das áreas de cerrados, possibilitando aproveitá-los para desenvolver diversos tipos de produtos, como o café, a soja o trigo, a cana-de-açúcar e o algodão, cujo objetivo era atender principalmente o mercado externo. Até porque o Triângulo Mineiro, no início dos anos 1970, já estava ligado ao “Corredor de Exportação”, projeto de grande empenho do Governo Federal como meio de gerar excedentes na balança comercial brasileira, através do incentivo na produção de produtos de exportação, onde o café sempre participou e teve bom desempenho. Portanto, a meta do Governo Federal era desenvolver novas áreas de produção para a cafeicultura, onde os cerrados do Triângulo Mineiro ofereciam novas e boas perspectivas, quadro muito bem estampado com reportagens, propagandas, editais e pronunciamentos de técnicos nos jornais pesquisados, “Tribuna de Minas”(TDM) e “Correio de Uberlândia”(CDU).

Nesse contexto, logo no começo da década de 70, o desenvolvimento do plantio de café, incentivado por vários fatores como o Novo Plano Trienal, a Propaganda, a Assistência Técnica oferecida por diversas Instituições das várias esferas governamentais, mas principalmente pelo crédito agrícola subsidiado a juros muito baratos que o Governo Federal colocava ao alcance do agro-nacional, chega também ao Triângulo Mineiro, o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC). A política agrícola Federal objetivava incrementar e recuperar o nível de produção da cafeicultura nacional, que vivia sérias dificuldades, dentro do sistema de produção tradicional.

Nesse particular, o PRRC procurou trabalhar com duas possibilidades. De um lado, tratou de recuperar os cafezais nas suas tradicionais áreas de produção, aquelas nas quais foi feita a erradicação, portanto “tradicionais áreas produtoras”. Por outro lado, procurou áreas novas, que não haviam ainda experimentado a cultura do café. Neste momento, o Triângulo Mineiro entrou como uma opção nova, no sentido de alargar as fronteiras cafeeiras no Brasil. Assim, o município de Uberlândia e todos os municípios do Triângulo Mineiro, são candidatos ao novo roteiro da agricultura cafeeira.³⁴

³⁴ “GONÇALVES NETO, Wenceslau, Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A Cafeicultura em Araguari, MG”. pp. 97-99.

Nesta visão foi que aconteceu a:

“inclusão de 25 municípios do Triângulo no Programa de Financiamento de Plantio de Cafezais, anunciada em Uberlândia pelo diretor do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o que representaria a curto prazo, cerca de 10 milhões de novos cafeeiros em Minas. Os 25 municípios escolhidos contavam com altitudes superiores a 700 metros.

O suporte técnico ao Programa do Triângulo seria dado por 40 agrônomos e 70 especialistas no setor, que seriam deslocados imediatamente para a região.

Com a incorporação do Triângulo e os programas de revigoramento e plantio nas Zona da Mata, Sul de Minas, Campos da Vertente e Oeste, a produção cafeeira em Minas poderia crescer a níveis superiores aos verificados nos últimos anos tornando Minas o grande produtor nacional, e abrindo novas áreas de comercialização no exterior.

Segundo o secretário da Agricultura, Alysso Paulinelli, a decisão do IBC teria significado muito especial para o Estado: Minas a partir de agora, a grande e definitiva alternativa para a cafeicultura brasileira.

Há menos de um ano, baseado em dados técnicos e solicitação de agricultores da região, o Secretário Paulinelli pediu ao IBC a liberação de recursos para o início de um amplo programa de café nos terrenos de cerrados do Triângulo. Em Uberlândia, durante o encontro com o Secretário da Agricultura, foi anunciada a decisão do IBC. As áreas com altitude acima de 700 metros dos municípios de: Água Comprida, Araguari, Campina Verde, Campo Florido, Comendador Gomes, Cascalho Rico, Conceição das Alagoas, Douradoquara, Estrela do Sul, Indianópolis, Irai de Minas, Ituiutaba, Fronteira, Grupiara, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Pirajuba, Planura, Prata, Romaria, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, já podem ser utilizadas para o plantio, utilizando os recursos do IBC.

A cafeicultura mineira, a que mais cresce no país na atual safra, com 4 milhões de sacas. Segundo o Secretário da Agricultura Alysso Paulinelli tem condições de manter a posição durante os primeiros anos, tornando-se a grande alternativa para o setor no Brasil, principalmente devido aos desestímulos que os produtores do Paraná vem sofrendo por causa dos problemas climáticos.

*A curto prazo, pelo menos 10 milhões de novos cafeeiros se incorporarão à produção mineira aumentando a perspectiva geral do setor no Estado, que poderá plantar, este ano, mais de 70 milhões de novas covas”.*³⁵

Destes municípios, Araguari, conforme trabalho de Oliveira, que analisa a consolidação da cafeicultura nesse município, a partir de 1975, porque nesse ano dá-se a criação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado -POLOCENTRO- (29-01-75), do Governo Federal, cujo objetivo era incentivar e apoiar a ocupação racional das áreas de cerrados na região do Centro Oeste brasileiro, compreendendo os Estados de Minas

Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área aproximada de 800 mil Km², em 202 municípios, onde o café foi inserido na grande maioria deles, Araguari consegue liderar todos os demais municípios do Triângulo³⁶. Ao lado de Monte Alegre de Minas e Uberaba também no Triângulo Mineiro; juntamente com Monte Carmelo e Patrocínio no Alto Paranaíba saíram na frente quanto ao volume de pedidos de financiamento ao IBC e, quanto ao desenvolvimento de plantio, em relação a Uberlândia e aos demais municípios do Triângulo Mineiro inseridos no Programa de expansão da cafeicultura na nova fronteira agrícola, do período de sua implantação (1972) a 1976, anos até agora por nós pesquisados, como é mostrado no quadro 5. O elemento impulsionador de todo esse processo foi o crédito fácil e barato, oferecido a todos os interessados que tinham condições de desenvolver o plantio de cafeeiros, a juros subsidiados muito convidativos.

Deflagrada a liberação de grande área do Triângulo Mineiro e Alto Paraíba como área ecologicamente própria para desenvolver a cafeicultura anunciado em Uberlândia (em 26-08-72), deu-se início a implantação da nova cultura, como ficou demonstrado em nosso relatório final, o qual envolveu os anos de 1972 e 1976.

A força sobre as vantagens da nova cultura bem como as facilidades de financiamentos podem ser notadas na pesquisa que desenvolvemos e que envolveu os anos de 1972 e 1976, como estamos analisando, com as reportagens que aparecem neste nosso período de pesquisa compreendendo os anos de 1972 a 1976.

³⁵ "A Cafeicultura Mineira Vai Crescer", "CDU". 26-08-72. p.7.

³⁶ Oliveira, Célia Regina Gomide de. A frente Cafeicultora em Araguari MG, pp.8-10.

QUADRO 05. Movimentos de Contratação de Financiamentos do Programa de Plantios de Cafezais nos 25 Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 1972 a 1976

municípios	1969/70 Cont.Caf./Mil		1970/71 Cont.Caf./Mil		1971/72 Cont.Caf./Mil		1972/73 Cont.Caf./Mil		1973/74 Cont.Caf./Mil		1974/75 Cont.Caf./Mil		1975/76 Cont.Caf./Mil		1976/77 Cont.Caf./Mil		Total Cont. Caf./Mil	
A. Comprida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	33,2	01	50,0	02	83,2
Araguari	-	-	-	-	-	-	01	50,0	48	1.454,5	81	3.663,6	32	1.250,7	85	5.576,8	247	11.995,6
C. Verde*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Florido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	40,0	03	107,5	04	147,5
C. Gomes*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Rico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	03	36,6	04	136,6
C. Alagoas*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	50,0	01	50,0
Douradoquara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	135,9	05	135,9
E. do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06	198,3	07	362,0	07	495,5	20	1.055,8
Indianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	100-	-	-	03	265,0	04	365,0
Irai Minas	-	-	-	-	-	-	01	60,0	07	98,5	04	46,5	02	36,1	19	478,3	33	719,9
Ituiutaba**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fronteira*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frutal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	100,0	02	100,0
Grupiara*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	265,0	03	265,0
M. A. Minas	-	-	-	-	-	-	02	417,5	05	663,4	07	804,3	02	163,9	03	300,0	19	2.349,1
M. Carmelo	-	-	-	-	-	-	03	132,3	74	1.231,3	89	1.006,5	62,0	1.818,0	163	4.523,8	391	8.711,9
Nova Ponte	-	-	-	-	-	-	01	50,0	01	50,0	02	300,0	-	-	07	380,0	11	780,0
Pirajuba*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planura*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	100,0	-	-	01	36,2	03	136,2
Romaria	-	-	-	-	-	-	-	-	01	17,5	-	-	15	580,5	29	1.105,9	45	1.713,3
Tupaciguara	-	-	-	-	-	-	01	78,1	05	309,6	07	123,0	-	-	14	347,0	27	857,7
Uberaba	-	-	-	-	-	-	05	173,2	03	108,1	04	140,0	10	464,5	72	2.184,4	94	3.070,2
Uberlândia***	-	-	-	-	-	-	08	387,3	08	287,8	03	50,5	02	307	13	607,6	34	1.363,9

Plantios de café por municípios.

MIC/ IBC/ GERCA - R.Janeiro, Fev, 1978. pp. 32-37.

* - Não consta no Movimento IBC/GERCA de Contratação de Financiamento do PRRC, como plantadores de café apesar de estar liberados pelo PRRC. E os jornais pesquisados não manifestam nos anos pesquisados por nós.

** - Não consta no Movimento IBC/GERCA, mas os jornais pesquisados no período manifestam.

*** - Uberlândia até 1976, data pesquisada, ocupa a 16ª posição entre os municípios plantadores de café no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A ênfase sobre as vantagens da nova cultura bem como as facilidades de financiamento podem ser claramente identificadas nas reportagens:

"O que vinha sendo pleiteado há muito e que constava somente em estudos de viabilidade foi finalmente concretizado. Uma resolução recente do IBC vem de incluir áreas do Triângulo Mineiro na chamada Zona ecológica de produção desse cereal que é ainda considerada a riqueza básica da agricultura brasileira, e nosso principal produto econômico comercializável no mercado mundial.

O município de Uberlândia foi beneficiado por essa medida que alcançou áreas consideráveis de suas terras.

*Além disso, dadas as condições com o governo federal, através do Banco do Brasil, facilita o financiamento para essa finalidade, muitos serão os ruralistas que irão tentar a nova riqueza vegetal da região, aumentando possibilidades de emprego de mão-de-obra rural e demais uma fonte preciosa de rendas para economia uberlandense".*³⁷

Ainda dentro da mobilização da sociedade rural, em torno da importância do café no Brasil, como bebida e como fonte de lucros, o Dr. Marco Paulo Teixeira Paiva, Eng. Agr. da AGROMAN (Empreendimentos Agro Técnicos Ltda), de Uberlândia, fez um "pronunciamento" sobre o café, que foi reproduzido na imprensa. A sua importância está não apenas na divulgação de nossa produção, mas por ter sido feita por pessoa cientificamente abalizada:

"O café no Brasil tem passado por várias fases em todo o decorrer de sua história. O mercado internacional está a procura de café e nós não temos mais o café exportável, dando uma bebida boa para concorrer com outros centros exportadores, como a Colômbia que é o principal. O café do Paraná dá uma bebida muito ruim, chamada bebida dura, e o café mineiro dá uma bebida boa.

Enquanto o Paraná produz 10 milhões de sacas-ano, Minas Gerais só produz 2 milhões de sacas-ano. Então a política do governo atual é plantar com o objetivo de melhorar a produção mineira de cafês bons, que alcançam no mercado internacional o preço de 60 dólares por saca, enquanto o café do Paraná (tradicional produtor) alcança somente 35 dólares por saca e além disso, o Paraná tem o problema da geada.

Mas especificamente falando, no Triângulo Mineiro, temos todas as condições de clima apropriados para o plantio do café.

Nós tratando o solo com um pouco mais de carinho, fazendo correção e adubação adequada e plantando variedades também adequadas, podemos aqui em Uberlândia, Ituiutaba, nos lugares mais altos ter uma bebida ótima, boa para exportação. Então o governo está incentivando esse plantio do café aqui, propondo um financiamento atual de 3 cruzeiros por cova. Isso dá com sobra para plantar o café e nós teremos então uma nova riqueza aqui na região. O Dr. Paulo de Souza

³⁷ "O Triângulo - Zona Ecológica do Café". "TDM". 26-08-72,-p.8.

do Ministério da Agricultura, disse que Uberlândia tem uma capacidade de produção de no mínimo 30 sacos de café por hectare, o que daria uma renda de 20 milhões de cruzeiros por alqueires livres, aproximado.

Então, nós vemos que a política do café no Brasil está sendo mudada, porque a sua erradicação depois de vários problemas, inclusive o social, dando muito desemprego, causando verdadeiras calamidades em determinadas regiões do país, para o governo brasileiro como, desemprego, e queda na arrecadação e na balança comercial. Então, a nova ordem do governo, do Ministério da Agricultura e do IBC, é plantar café. A AGROMAN (Empreendimentos Agro-Técnicos Ltda) está disposta a plantar café e inclusive já preparou 500 mil mudas formadas, com o terreno preparado para o plantio (São 25 os municípios do Triângulo incluídos no Plano Trienal".³⁸

Quanto ao procedimento para o financiamento de novos cafezais, dentro do Plano Trienal, onde foram incluídos os 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observa o mesmo Dr. Marco Paulo T. Paiva:

Quanto ao procedimento para o financiamento de novos cafezais, dentro do Plano Trienal, onde foram incluídos os 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observa o mesmo Dr. Marco Paulo T. Paiva;

"Só poderão ser financiadas áreas com altitudes acima de 700 metros, de encostas, ou meia encosta, com declividade média inferior a 50% e não sujeitas a geadas.

Serão beneficiários dos financiamentos todos os lavradores proprietários dos imóveis localizados em regiões ecologicamente favoráveis a cafeicultura e que tenham condições de operar com o Sistema Nacional de Crédito Rural. O montante financiável será de cr\$3.00 por cafeeiro(cova) em plantio com até 1.666 cafeeiros (covas) ou área de 120 hectares por propriedade".³⁹

A inclusão destes 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no circuito de novas áreas de plantio, mobiliza as autoridades do setor a montar na nova região produtora de café dos cerrados um escritório do IBC. Os esforços e os resultados são anunciados nos jornais, como podemos observar:

"Já estão prontas as instalações onde deverá funcionar o Escritório do IBC. A repartição terá caráter regional e deverá orientar o plantio de café em todo o Triângulo e Alto Paranaíba".⁴⁰

³⁸ PAIVA, Marco Paulo Teixeira. **Pronunciamento**. "CDU". 05-08-72. p.7.

³⁹ PAIVA, Marco Paulo Teixeira. **Financiamento de Café**. "CDU" 16-09-72, p. 7.

⁴⁰ "IBC", CDU, 17-10-72. p. 2.

De outro lado, em Belo Horizonte, as autoridades estaduais também demonstram seu apoio ao programa:

"o Governador Rondon Pacheco presidiu no Salão Nobre do Palácio dos Despachos, a assinatura de convênio entre o IBC e a Secretaria da Agricultura, no valor de 2 milhões e 500 mil cruzeiros, para pesquisa da cafeicultura mineira, inclusive no estabelecimento de programa de controle de ferrugem. As pesquisas serão desenvolvidas com a colaboração da Escola Superior de Agricultura de Lavras e Universidade Rural de Lavras".⁴¹

Conjuntamente ao apoio do IBC, na orientação ao plantio e nas pesquisas, também a ACAR envolve-se no processo, demonstrando a amplitude que passa a ter o programa e sua importância para a região:

"A partir desse ano a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) vai participar do esquema de ampliação da rede de assistência técnica a cafeicultura mineira. Entendimento nesse sentido foi acertado entre a Secretaria da Agricultura e o IBC em BH., com a participação de mais de 150 técnicos na cafeicultura.

Depois de um período de relativa intranquilidade entre os produtores, a cafeicultura mineira transforma-se agora na grande alternativa para a produção brasileira, depois que algumas regiões vem diminuindo suas áreas de produção por causa de fatores climáticos.

Com os agressivos programas de implantação e renovação de cafezais cansados, a safra mineira, em 1976, deverá atingir a mais de 6 milhões de sacas, mantendo um alto nível de produção".⁴²

Nesse sentido, as autoridades da área da cafeicultura mostram-se confiantes e entusiasmadas com os resultados obtidos até aquele momento:

"Analisando os resultados obtidos no ano de 1972, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, (GERCA), do IBC, destaca que dos seis programas executados e constantes do Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais aprovado em 02-02-1972, pelo Conselho Monetário Nacional, quatro superaram as metas programadas, atingindo uma aplicação global estimada em 1.587 bilhões de cruzeiros.

Também na formação de mudas 72/73, o IBC-GERCA registra o êxito deste programa, revelando que nas diversas regiões foi atingida a formação de 340 milhões de mudas de café, superando em 70% a meta planejada, que previa financiamento a formação de 200 milhões de unidades.

Em março de 1972 foram colocadas em execução as programações do Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais. O IBC-GERCA, como programação inicial para o ano agrícola de 1972/73 estabeleceu ampla linha de financiamento para recuperação e aumento dos níveis de

⁴¹ "Cafeicultura". "CDU". 29-12-72, p. 4.

⁴² "Incentivo ao Desenvolvimento da Cafeicultura em Minas Gerais". "CDU" 18-01-73, p. 6.

produção e produtividade da cafeicultura, compreendendo medidas de curto e médio prazos dentro das seguintes metas: Formação de mudas, 200 milhões de unidades, plantio 200 milhões de covas, recepa 20 milhões de covas, aquisição de fertilizantes e corretivos, Cr\$ 360 milhões; aquisição de defensivos, cr\$41,5 milhões, e para aquisição de equipamentos de defesa fitossanitária, cr\$40 milhões.

Posteriormente, ainda com aprovação do Conselho Monetário Nacional, foram colocadas em execução novas medidas de apoio à programação básica, compreendendo: inclusão de poda de decote no Programa de recepa, inclusão de tratores (de bitola estreita) e microtratores entre os equipamentos subsidiados, elevação de 60 para 90% do valor financiável para equipamentos (pulverizadores importados, até 31-12-72, alterações da participação dos recursos do (POPAC) nos programas de fertilizantes, defensivos e máquinas) nos dois primeiros de 50 para 70%, e no último de 0 para 50%, extensão dos financiamentos de custeio e de fertilizantes para lavouras recepadas, ampliação do prazo dos financiamentos de 1 para 2 anos em lavouras geadas e recepadas, e admissão de financiamentos de culturas intercalares em cafezais, elevação do limite financiável de 60 para 100% no caso do feijão".⁴³

O interesse e a determinação do IBC em intervir e alterar a estrutura produtiva do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como a arregimentação de recursos para tal fim, podem ser percebidas nas reportagens:

"Todos os pedidos de financiamentos para o plantio de café na região serão atendidos, pois o Banco do Brasil, colocou verba de suplementação a disposição da agência de Uberlândia, afim de que todos possam ser atendidos em suas pretensões de colaborar com o governo no Plano de Revigoramento e Plantio de novos Cafezais no Brasil".⁴⁴

Como pode ser observado, a inclusão dos 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Programa de Financiamento de Plantio de Cafezais, anunciada em Uberlândia pelo diretor do IBC, juntamente com inúmeras outras autoridades da área rural, teve uma enorme repercussão em toda região, com total cobertura da imprensa, notadamente os jornais "Correio de Uberlândia" e "Tribuna de Minas". O ano chave para compreensão da deflagração do movimento foi 1972 e isto pode ser identificado por algumas reportagens. O Correio de Uberlândia trouxe o título: "Cafeicultura Mineira Vai Crescer", e o Tribuna de Minas trouxe o título: "O Triângulo - Zona Ecológica do Café."

Imediatamente após a inclusão, inúmeros foram os pedidos de financiamentos junto às Instituições financeiras autorizadas em vários dos municípios inseridos no

⁴³ "Plano de Renovação da Cafeicultura". "CDU". 26-04-73, p.3.

⁴⁴ "IBC atende pedidos de Financiamentos". "CDU". 19-10-73, p. 1.

contexto. Como pudemos analisar, o interesse pela cultura do café no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estava em ritmo acelerado, como mostra o balanço do de 1973:

“O Triângulo não está ficando atrás entre as zonas que se tornaram ecológicas para o plantio do café, graças as novas técnicas introduzidas no país.

Segundo comunicações do escritório do IBC em Uberlândia, tem sido muito numerosas as solicitações feitas ao órgão por ruralistas interessados na cultura da rubiácea, o que na próxima estatística, vai causar um número bem superior ao que foi constatado ao fim do ano de 1973 que já foi bastante animador.

*No ano passado (1973), informou o IBC, foram plantados mais de dois milhões de mudas de café. Deste total, Araguari reina absoluto no primeiro lugar, tendo sido plantadas em terras desse município um milhão, cento e quarenta e oito covas. Em Segundo lugar, está o município de Monte Alegre em cujas terras foram plantadas 600 mil; Tupaciguara 400 mil e 200 mil em terras de Uberlândia”.*⁴⁵

Enquanto isso a política agrícola adotada pelo governo é bem recebida pelos ruralistas no Triângulo:

“Repercutiu muito bem no Triângulo Mineiro a nova política econômica do Governo Federal sobre a altitude para o plantio do café, assim como as novas técnicas empregadas para aclimatar os solos ao seu plantio.

O Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Café, IBC, em Uberlândia, está incentivando entre os ruralistas maior interesse pela cultura cafeeira e tem obtido resultados. Em nosso município, em Araguari e nos demais tem sido bastante entusiasmadora a demanda de mudas.

Também tem havido interesse em saber sobre as novas técnicas do plantio.

*Respondendo a essas necessidades, o Escritório local do IBC vai dar na vizinha cidade de Araguari dois cursos. O primeiro será de especialização da mão-de-obra para o plantio do café; o outro tratará de mecanização das lavouras cafeeiras”.*⁴⁶

Reportagem semelhante aparece em outro jornal:

“O Escritório Regional do IBC sediado em Uberlândia, iniciou ontem em araguari, um curso de preparação de mão-de-obra, destinado a orientação sobre plantio de café. Uma aula teórica foi ministrada, enquanto que hoje técnicos farão demonstrações práticas, nas próprias lavouras de café.

*A produção é conjunta do Escritório Regional e Departamento de Assistência Rural da Prefeitura daquela cidade. O número de pessoas participantes no curso é muito grande, segundo informações do pessoal do IBC”.*⁴⁷

⁴⁵ “Mais de um Milhão de covas de Café”. “TDM”. 15-01-74, P.1.

⁴⁶ “Especialização de Mão-de-Obra”. “TDM”, 12-01-74, P. 8.

⁴⁷ “IBC Promove curso em Araguari”. “CDU”, 12-01-74, p. 1.

No final do Segundo Plano Trienal, (1972/73/74) o resultado foi surpreendente em Minas Gerais:

"A safra de café de Minas Gerais este ano será de aproximadamente 4,5 milhões de sacas, 200% maior que a do ano passado que foi de 1,5 milhões. O valor desta super safra está calculado em cerca de 1 bilhão de cruzeiros. Essa situação de destaque de Minas no cenário nacional da cafeicultura faz parte do programa do IBC, que após 3 anos de sua implantação possibilitou o plantio de 260 milhões de novos cafeeiros no Estado, o que significa 50% de todo o plantio do país nesse período.

Segundo o Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais (PIPAEMG), o elevado número de pesquisas contra a incidência de doenças na lavoura cafeeira está contribuindo para criar em curto prazo uma tradição regional do cultivo. Isso porque, a qualidade do café plantado (ainda em potencial) dará condições de produzir de 20 a 25 sacas por hectare em cada safra.

As pesquisas do PIPAEMG atingem 25 municípios no momento, englobando de preferência a região do Sul de Minas, onde se localizam 60% da cafeicultura mineira.

Minas é, segundo os técnicos, a grande opção da cafeicultura nacional, uma vez que está menos exposta às geadas, (no Paraná, em 1972, 40% da produção foram destruídas pelas geadas) e o índice da ferrugem é em menor escala.

Minas deverá produzir 3.636.270 ton. de milho este ano, quantidade superior a 22,8% à safra do ano passado, conforme informações da Secretaria da Agricultura. A safra de feijão das águas será superior em 24,4% à de 1973, atingindo 156.854 ton. A produção de algodão, apesar da área plantada ter caído em 35%, será de 113.796 ton., significando um aumento de 11,1%, o que revela o crescimento do índice de produtividade da cultura.

Segundo os técnicos da Secretaria da Agricultura, o aumento das safras destes produtos, como os preços correntes do mercado, que estimularam os agricultores e também a política do governo em vários setores desta atividade econômica".⁴⁸

Por outro lado governo de Minas, com Rondon Pacheco, esforçou-se conjuntamente com o IBC para colocar Minas Gerais na liderança da cafeicultura:

"Minas Gerais já se acha em condições de produzir pelo menos sete milhões de sacas de café por ano, como consequência do extraordinário esforço que envidou no último biênio, visando renovar os cafezais antigos e ampliar as áreas de cultura. A política que o Instituto Brasileiro do Café estabeleceu, com a finalidade de desdobrar a capacidade e melhorar a qualidade da produção nacional, que desde 1972 está sendo seguida, surtiu resultados mais animadores justamente neste Estado, ao ser lançada, encontrou os cafeicultores mobilizados em torno do propósito do Governo Rondon Pacheco de tornar o café um dos instrumentos básicos

⁴⁸ "Minas Produz 4,5 milhões de sacas de Café em 1974". "CDU", 19-02-74, p. 3.

de fortalecimento da economia rural e também de transformar Minas no grande reduto da cafeicultura do país.

A receptividade ao plano do IBC foi total, portanto, pois percebêramos lavradores que, com o novo ponto de apoio que ele passou a representar, não seria difícil utilizar adequadamente todas as virtualidades existentes em Minas para a produção cafeeira em larga escala.

Nos dois anos anteriores, 1972/73, estiveram os mineiros na liderança da campanha em favor da modernização e ampliação da cafeicultura, plantando mais de cem milhões de cafeeiros em 1972 e outro tanto em 1973. O Sul de Minas, que tradicionalmente produz o melhor café do Brasil, sempre reservado aos mercados internacionais que preferem os tipos finos, já está inteiramente coberto de cafezais novos e formados de acordo com as técnicas agrônomicas mais avançadas. Dai estendendo-se pelo Sudoeste e Oeste, a fronteira da cafeicultura alcançou o Triângulo Mineiro, onde o seu incremento vem sendo facilitado graças à preocupação de se aproveitar os cerrados, ociosos até há pouco tempo pelo desconhecimento que se tinha da tecnologia apropriada para a sua exploração econômica. Por sua vez, à Zona da Mata foi proporcionada oportunidade de recuperar a sua posição de grande produtora de café, perdida na década passada em razão da política de erradicação, que foi ali levada às últimas consequências porque os seus velhos cafezais já não ofereciam o rendimento mínimo indispensável.

Minas ficou assim habilitada, a partir deste ano, a distinguir-se por uma produção maciça e que jamais foi igualada anteriormente. Na pior das hipóteses, vai dispor de 5,5 a 6 milhões de sacas, embora nem todos os cafezais que surgiram em virtude da arrancada ocorrida até agora estejam no ponto de produzir.

Ainda não se acha, todavia, esgotada a capacidade de expansão da cafeicultura mineira. O café é hoje uma obsessão não só entre os cafeicultores experimentados, que sempre viveram de seu cultivo, como também dos demais lavradores que se viram despertados para a vantagem dos planos de financiamentos e pelas perspectivas que se abrem a Minas em face da possibilidade de assumir a hegemonia da produção cafeeira, devido às condições ecológicas amplamente favoráveis da maior parte do seu território e a existência de terras ainda não convenientemente exploradas.

As novas bases do Programa de Financiamento reajustado recentemente, juros de 7% e prazo de carência de quatro anos, além de garantia de cerca de cinco cruzeiros por cova constitui certamente um estímulo a mais no sentido de ser conservado o ritmo de crescimento da cafeicultura. Não será difícil, pois, que Minas dentro em pouco esteja preparada para contribuir com mais de dez milhões de sacas a fim de manter o equilíbrio estatístico do mercado de exportação. No momento, precisa o Brasil de 30 milhões para poder cumprir os seus compromissos no exterior. Pelos preços atuais, são um bilhão e 300 milhões de dólares, de cujo total mais ou menos 450 milhões vão corresponder ao café produzido por Minas. Não haverá suporte melhor para o processo de desenvolvimento do setor agrário e de toda a economia estadual".⁴⁹

⁴⁹ "Café, Força Nova". "CDU". 22-06-74, p. 2.

*econômica de Minas, pois tem em vista tanto facilitar o crescimento vegetativo da agropecuária, como propiciar-lhe os meios de renovação tecnológica. É o caso por exemplo, dos programas especiais em que os financiamentos são acompanhados de orientação e assistência técnica e que na verdade vêm surtindo excelentes resultados em todo o país. No caso de Minas, no ano passado, os recursos aplicados através do PROLEITE, somaram 122 milhões de cruzeiros, do CONDEPE mais de 60 milhões e do Plano IBC/GERCA, para ampliação e modernização de cafezais, 134 milhões”.*⁵¹

Por outro lado, o Paraná, que viveu décadas de crescimento e progresso, passa por crises profundas, como mostra esta reportagem:

*“A erosão causada pelo desmatamento indiscriminado, já tornou imprópria para o cultivo, as terras de 153 municípios do Noroeste do Paraná. Centenas de agricultores, sobretudo de café, abandonaram suas plantações, e hoje vivem em Curitiba, de pequena renda conseguida com aluguéis. O êxodo atingiu inclusive cidades inteiras como Nova Olímpia situada numa região responsável por 17% das exportações de café do país”.*⁵²

Ao mesmo tempo, em Belo Horizonte, o Governador Rondon Pacheco retoma a questão do crescimento da cafeicultura assinando convênio entre o IBC e a EPAMIG, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais:

*“A recuperação do setor cafeeiro em Minas, fazendo com que o Estado retomasse a posição que lhe cabia na área do plantio e da produção, foi ressaltada pelo governador Rondon Pacheco, ao presidir solenidade de assinatura de convênio entre o IBC e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. Pelo convênio o IBC destina a EPAMIG a verba de 1,5 milhão de cruzeiros investidos em Minas, a partir de 1972, num programa integrado com o governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, Universidade Federal de Viçosa e a Escola Superior de agricultura de Lavras, programa que já resultou em 414 experimentos referentes à cafeicultura. As regiões do Triângulo e Alto Paranaíba, lideram o plantio de café no Estado”.*⁵³

E continua a exposição sobre assinatura do convênio em Minas:

“Um convênio assinado, no Palácio dos Despachos, entre o IBC e o Governo do Estado destinará à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas, EPAMIG verba de Cr\$1,5 milhão para prosseguimento de pesquisas cafeeiras, de acordo com o programa trienal de desenvolvimento do IBC. Essa é a última parcela de um total de Cr\$ 8,5 milhões que o IBC investiu em pesquisas para a cafeicultura desde 1972, em MG. num programa integrado com o governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, e mais a Universidade Federal de Viçosa e a Escola Superior de Lavras. Nesse período foram

⁵¹ “Ação do Banco do Brasil”, “CDU”, 14-09-74, P.2.

⁵² “Desmatamento Prejudica Cultura no Paraná”, “CDU”, 28-08-74, p.4.

⁵³ “Governador ressaltou a retomada de Posição no setor cafeeiro”, “CDU”, 10-01-75, p.6.

Enquanto isso, o IBC anuncia o II Congresso sobre pesquisas cafeeiras:

“O diretor de produção do IBC, eng. agr. José de Paula Mota Filho, anunciou ontem a realização do II. Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiros, com a finalidade de reunir os técnicos que trabalham no setor e buscar novas soluções para a racionalização da cultura do café.

O Congresso será realizado em Poços de Caldas- MG, no período de 10 a 14 de setembro próximo, sob o patrocínio do IBC, e da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

*Na ocasião, deverão estar presentes cerca de 500 técnicos e representantes de órgãos e entidades ligadas à cafeicultura”.*⁵⁰

E na arrancada para o progresso de Minas o Banco do Brasil se faz presente:

“As aplicações do Banco do Brasil nos diferentes setores da economia mineira, até fins do ano passado, somaram três bilhões e 650 milhões de cruzeiros, representaram cerca de 10% do total dos recursos que foram distribuídos em todo o país pelo grande estabelecimento de crédito na assistência financeira às atividades produtivas. Isto quer dizer que a capacidade de Minas de absorver numerários sob forma de empréstimos, financiamentos e outros tipos de operação, cresceu sensivelmente nos últimos anos. Antes de 1971, a sua participação na demanda de créditos oferecido por aquele banco situava-se em nível bem inferior.

O próprio presidente do Banco do Brasil, Ângelo Calmon de Sá, em exposição que fez na Associação Comercial de Minas, destacou que está havendo uma inversão surpreendente do comportamento da economia estadual em face dos estímulos que a instituição proporciona ao aumento da produção. Já em 1972, houve uma duplicação do montante dos recursos solicitados pela agropecuária, indústria e comércio, em relação a 1971, tendência essa que se acentuou em 1973, a ponto de colocar Minas na posição de um dos principais mercados de atuação do estabelecimento.

E este ano mais ainda está ficando evidenciado que se trata de um processo contínuo e salutar, já que deriva da expansão acelerada do esforço gerador de riqueza em todo o território do Estado. De janeiro a junho deste ano, registrou-se um acréscimo de 26,3% sobre o total das aplicações de 1973, correspondendo essa percentagem a um bilhão de cruzeiros, muito mais que o montante acusado em todo o ano de 1969. Esse ritmo de crescimento, conforme esclareceu o presidente do Banco do Brasil, não encontra paralelo em nenhuma outra região do país, servindo, portanto a constatação não só para testemunhar o ótimo desempenho que as forças produtivas revelam em Minas presentemente, como para corroborar a realidade de outros sintomas comprovadores da reação com que a economia mineira responde aos incentivos da política de desenvolvimento praticada pelo governo Rondon Pacheco em função da estratégia nacional.

O concurso que pode prestar nesse domínio afigura-se realmente da maior importância para os interesses da evolução

⁵⁰ “IBC anuncia o Segundo Congresso Brasileiro sobre Pesquisas Cafeeiras”. “CDU”. 21-08-74, p.4.

desenvolvidas 114 experimentos relativos a cafeicultura em 1972, 140 em 1973 e 160 em 1974".⁵⁴

Nesse mesmo dia, 29 de janeiro de 1975, é lançado em Brasília pelo Presidente Geisel o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, POLOCENTRO:

"O Programa de desenvolvimento de cerrados POLOCENTRO, lançado no mês passado pelo presidente Ernesto Geisel, para promover o desenvolvimento integrado de uma vasta região do Brasil-Central, inclui uma grande área do nosso Estado compreendida pelo Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Médio São Francisco e Paracatu.

Na área do Triângulo Mineiro, foi selecionada para atuação do POLOCENTRO uma faixa de 40 km. de cada lado que vai seguindo a BR-265 entre Patrocínio e Canápolis, abrangendo uma superfície de cerca de 800 mil ha. numa região que tem Uberlândia como seu centro e cidade chave para decisões.

A área dentro de 10 anos, será transformada numa região de produção das mais significativas no país, reunindo agroindústrias e uma infra-estrutura de produção tecnicamente planejada para gerar riquezas.

Será realizado um importante serviço de eletrificação rural na área, abertura de estradas de rodagens, instalação de Silos para armazenagem de cereais, implantação de florestas, piscicultura, e pecuária de pequeno porte, avicultura e produção de agricultura perene e cíclica.

O objetivo principal do plano será a fixação do homem do campo numa área que continua deserta. Desta forma, o cerrado que parece no panorama regional como uma área inativa, será aproveitada de modo científico e racional visando principalmente a criação de uma tecnologia nacional voltada para a ocupação de extensas áreas não produtivas, principalmente no Brasil Central.

O esforço do governo terá grande significativa a longo prazo e capacitará a inteligência brasileira para enfrentar os grandes problemas do futuro, tais como aumento da população e necessidade de exportação para a formação de divisas. A área está diretamente ligada aos corredores de exportação e os cereais por ela produzidos, principalmente soja poderão ser exportados para os centros consumidores no estrangeiro.

Aqui mesmo em Uberlândia, muitos produtores e proprietários rurais, serão beneficiados pelo Programa e alguns já estão tratando de se organizarem em grupos para explorar a região utilizando-se dos recursos governamentais a serem injetados na área.

Uberlândia será a capital das decisões executivas para a realização do plano do POLOCENTRO, na área Mineira.

Desta forma aqui serão recrutados administradores, planejadores, técnicos, com o aproveitamento de centenas de trabalhadores especializados, como economistas, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, contadores, tratoristas, mecânicos, odontólogos, médicos e professores.

Haverá oportunidade para todos, no grande esforço desenvolvimentista do Presidente Geisel".⁵⁵

⁵⁴ "Cafeicultura Mineira". "CDU", 14-01-75, p.3.

Patrocínio, não foi citado entre os 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas ecologicamente está apto a desenvolver a cafeicultura, e entrou como um dos participantes do PRRC ainda em 1972, como mostram as reportagens:

"Os Ministros Alysson Paulinelli da Agricultura e do Planejamento Reis Veloso, estarão no próximo dia 20 na cidade de Patrocínio para conversarem com prefeitos e empresários da região do POLOCENTRO e lançarem as bases operacionais do Programa na área mineira.

O lançamento oficial do sistema operacional do Programa do POLOCENTRO com a presença de dois Ministros de Estados é por demais importante para a economia e para o desenvolvimento integrado da área dos cerrados, tão extensa em Minas.

A economia do município de Patrocínio está baseada na produção agrícola e pecuária, estando alguns setores cuidando da industrialização através da implantação da agropecuária, onde a Minas Silk é o investimento mais significativo. (Empresa que trabalha a o fio da seda).

A produção de café está sendo incentivada e mais de 5 milhões de cafeeiros estarão em fase de produção a partir deste ano.

O município conta atualmente com um eficiente sistema de armazenamento e a CASEMG está cuidando de aumentar a capacidade armazenadora para atender à crescente produção agrícola.

A chegada de agricultores japoneses no município foi importante para aumentar a produção agrícola mas não decisiva.

O prefeito afirmou que os japoneses produzem apenas 5% do volume geral da produção e que o restante é produzido por agricultores patrocínenses que estão aprimorando os métodos operacionais mediante a assistência da ACAR, IBC, Banco do Brasil, Colégio Agrícola e outras Instituições.

Uma das maiores riquezas do municípios é representada pela imensa jazida de fosfato localizada no distrito de salitre e que está sendo levantada pela Companhia Vale do Rio doce que inclusive já está providenciando a constituição de uma empresa subsidiária para iniciar a exploração da imensa jazida, considerada pelos técnicos como a maior do mundo. Como a produção de fosfato é meta prioritária para a produção nacional no setor da agricultura, as autoridades do município acreditam que a implantação de uma mineração será instalada ainda este ano".⁵⁵

"O Governador Aureliano Chaves e os Ministros Alysson Paulinelli, da Agricultura, Reis Veloso, do Planejamento, Rangel Reis, do Interior visitarão, hoje dia 3, estabelecimentos agrícolas e inspecionarão projetos de reflorestamento em implantação e lavouras de soja, arroz, café, limão e amora, na região do Alto Paranaíba. Esta é a primeira viagem que o Governador Aureliano Chaves faz ao interior do Estado, depois de sua posse".⁵⁶

⁵⁵ "Uberlândia é capital do Polocentro". "TDM", 14-02-75, p.6.

⁵⁶ "Ministros do Planejamento e da Agricultura em Patrocínio". "TDM", 11-03-75, p.1.

⁵⁷ "Aureliano faz hoje a sua Primeira vista ao interior". "CDU", 03-04-75, p. 1.

Patrocínio ganha estação experimental, para estimular o desenvolvimento da cafeicultura na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como noticiam as reportagens:

*“O Governador Aureliano Chaves, recebeu no Palácio dos Despachos, a visita de cortesia do Presidente do IBC, Camilo Calazans, que lhe transmitiu detalhes do plano de plantio elaborado pelo Instituto brasileiro do Café, no ano agrícola 1975/76 e liderado por Minas Gerais, com o total de 40 milhões de covas. Outros assuntos examinados durante o encontro foram a colaboração do IBC à EPAMIG, para pesquisas na área da cafeicultura; a instalação de uma estação experimental no Alto Paranaíba; e a criação de empresas de exportação, reunindo cooperativas das regiões produtoras de café”.*⁵⁸

“Durante o Encontro de Líderes Rurais realizado em Patrocínio, cidade situada no Alto Paranaíba, no qual estiveram presentes cafeicultores de toda a região, agentes financeiros, técnicos dos órgãos de apoio à agricultura, principalmente às lavouras de café, secretário de Estado da Agricultura.

*Agripino Abranches Vianna e assessores e o Diretor de operações do IBC dr. José de Paula Motta Filho, foi feito o lançamento oficial do Programa de Financiamento ao Plantio de Café em todo Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. O Dr. Roberto Sartori, eng. chefe do Escritório do IBC, sediado em Uberlândia também participou do encontro e ficou vivamente impressionado com apoio que o governo vem dando ao setor cafeeiro. Falando à reportagem do ‘Correio de Uberlândia’, o Dr. Sartori disse que todos os interessados no plantio de café, devem levar suas propostas ao escritório para serem apreciadas. A previsão para este ano de 1975/76 é de 3 milhões de covas, somente nos municípios de: Araguari, Tupaciguara, Monte Alegre de Minas e Uberlândia, podendo ser superado este número desde que haja interesse dos produtores. Financiamento o governo garante”.*⁵⁹

Enquanto isso, as baixas temperaturas que atingiram o Brasil, agitaram os produtores rurais e as autoridades do governo, como retratam as reportagens:

*“Frente fria causou sérios prejuízos à lavoura de café nesse final de semana. Na região sul do Brasil, principalmente no Paraná a temperatura desceu a 4 graus, registrando-se uma das mais baixas temperaturas dos últimos anos”.*⁶⁰

“O Instituto Brasileiro do Café diz que a política para o produto deve sofrer nova reviravolta, em razão dos cafezais atingidos pelas geadas no Estado do Paraná e no Sul de Minas,

⁵⁸ “Alto Paranaíba terá estação experimental do IBC”. “CDU”, 14-08-75, p.6.

⁵⁹ “Lançado em Patrocínio o Plano Oficial de Financiamento para o Plantio de Café”. “CDU”, 18-09-75, p.1.

⁶⁰ “Frente fria causando prejuízos à Lavoura Cafeeira”. “CDU”. 10-07-75, p.4.

pois afetam estoques que ficam insuficientes para atender a necessidade de exportação e do próprio mercado interno do país.⁶¹

"Vinte por cento das lavouras de café, no Sul de Minas e nos Estados do Sul do país foram atingidas pelas geadas. Um levantamento completo já está sendo feito pelas autoridades responsáveis para avaliar os prejuízos, cujos resultados deverão ser divulgados até o final da próxima semana".⁶²

"Em telegrama enviado ao Presidente do IBC o governador Aureliano Chaves solicita um levantamento da situação da cafeicultura no Sul de Minas atingida pelas geadas. Após pedir providência de emergência, Aureliano afirma que as lavouras foram duramente atingidas, principalmente os cafezais ainda em formação".⁶³

Geadas no Sul do Brasil, agitam negócios em Londres e New York:

"Em Londres, a alta do café prosseguiu firme como em New York, num processo iniciado desde que as notícias das geadas no Brasil, chegaram ao exterior, confirmando destruição de grande parte das lavouras cafeeiras em nosso país, o maior produtor mundial".⁶⁴

As autoridades brasileiras, preocupadas com a situação da cafeicultura, aprovam medidas de urgência:

"O Conselho Monetário Nacional aprovou o Plano de Emergência para recuperação dos cafezais afetados pelas geadas, autorizando a aplicação de Cr\$ 8 bilhões no setor, sendo o crédito extensivo a culturas intercalares. O IBC até o próximo ano vai financiar o plantio de 40 milhões de novos cafeeiros em Minas, do total de 100 milhões distribuídos entre os Estados. Outras medidas adotadas: prorrogação do prazo de vencimento dos financiamentos de fertilizantes para cafeicultores que tenham culturas atingidas pela geada, financiamentos de Cr\$0,80 por cova para decote; de Cr\$1,20 para receita e de Cr\$6,00 por cova de replantio; e de Cr\$0,25 por unidade na formação de mudas. Os juros giram em torno de 7% ao ano, exceto para os pequenos produtores (até mil pés) que não pagarão juros e estarão isentos de garantia nas aplicações. Os recursos já estão nos agentes financeiros".⁶⁵

Em Minas Gerais, medidas são tomadas no sentido de orientar produtores e estimular a cafeicultura no Estado:

"A partir desta semana a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais e o Instituto Brasileiro do Café

⁶¹ "Geadas podem mudar a política do Café". "CDU". 10-07-75, p.4.

⁶² "Geadas acabam com lavouras de Café". "CDU", 19-07-75, p.1.

⁶³ "Aureliano quer saber a situação cafeeira no Sul de Minas Gerais", "CDU". 18-07-75, p.1.

⁶⁴ "Café subiu em Londres e New York". "CDU", 24-07-75, p.2/

⁶⁵ "Plano de Emergência do Café". "CDU", 26-07-75, p.4.

vão promover três reuniões no interior do Estado, com cafeicultores, lideranças locais, dirigentes de cooperativas e sindicatos rurais, com o objetivo de informar e debater, detalhadamente, a nova política dos governos Federal, Estadual para o café, os incentivos ao incremento da cafeicultura no Estado, os atuais critérios de financiamento e a condução dos novos cafezais.

A promoção dos encontros foi acertada pelo Secretário Agripino Abranches Vianna com dirigentes do IBC e as datas e regiões já estão definidas: dia 16 (hoje) Patrocínio (Triângulo Mineiro); dia 19, Caratinga (Zona da Mata); dia 23, Três Pontas (Sul de Minas). Também participarão das reuniões, além de representantes dos agentes financeiros; BB, BDMG, Caixa Econômica Estadual, entre outros; dirigentes e técnicos dos órgãos SOAPA.

Conforme salientou o Secretário da Agricultura: 'Minas Gerais deverá ser opção brasileira para a recuperação da cafeicultura brasileira, pois nas últimas geadas sofreu uma perda de apenas 5% em população cafeeira'. 'O Estado possui excelentes condições para o plantio do café, razão porque damos ênfase especial aos encontros que se realizarão agora em setembro. Através deles, será possível estabelecer um trabalho comum do Poder Público e dos produtores rurais no sentido de que Minas Gerais possa beneficiar-se amplamente, em termos econômicos, das novas possibilidades que se apresentam para sua cafeicultura'.

Esclarece, ainda o Secretário Agripino Abranches Vianna que durante os encontros os produtores rurais receberão informações detalhadas sobre o Programa Plantio 1975/76 e sobre o Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais.

'Além disso, o IBC, a Secretaria da Agricultura, e os órgãos do (SOAPA) Sistema Operacional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento estarão à disposição dos agropecuaristas, para ouvir suas preocupações e sugestões, conversando com eles abertamente em diálogo franco'.

Finalizando, disse o Secretário da Agricultura de Minas Gerais que foram escolhidas três regiões do Estado, inicialmente, em função de sua importância com relação à cafeicultura: O Sul de Minas, tradicional zona cafeeira do Estado; o Triângulo, onde nossa preocupação será o aproveitamento dos cerrados; e a Zona da Mata, cujo incremento da cafeicultura será buscado novamente, num esforço que não prescinde, de forma alguma da decisiva participação do produtor rural".⁶⁶

Nesse contexto, Araguari é a grande opção para plantadores de café:

"Município líder de plantio de café no Triângulo Mineiro, Araguari, que já conta com cerca de 8 milhões de pés da rubiácea, marcha para a ampliação dessa lavoura, prevalecendo-se de seu ótimo clima e de altitude apropriada para essa atividade, 930m. Paulistas e paranaenses, principalmente, já adquiriram e estão adquirindo glebas de cerrados para a implantação e ampliação de suas lavouras. Os fazendeiros locais, incentivados pela concorrência dos úteis forasteiros estão diversificando sua atividade nas fazendas,

⁶⁶ "Minas Presente na recuperação cafeeira do Brasil". "CDU". 16-09-75, p.4.

"O Prefeito de Araguari, Milton Lemos, já definiu uma área para doar ao IBC para que possa nela construir a unidade armazenadora regional.

O pessoal de Araguari, sob a liderança do prefeito já elaborou um plano circunstanciado com dados objetivos e claros para reivindicar a construção do serviço de armazenagem naquela cidade.

A reivindicação que será apresentada sexta-feira ao presidente do IBC, juntam-se todas as forças vivas do município. Serão apresentadas medidas concretas para definir a decisão do IBC em Araguari.

Os argumentos a serem apresentados pelos araguarinos são muito fortes e sobretudo eles oferecem não só a área para a instalação da unidade armazenadora como secundam o pedido com o apoio de grandes empresários rurais envolvidos na produção de café na área e de representantes das classes produtoras que se empenham para levar a armazenagem de café para a cidade de Araguari. Argumentos contundentes e propostas concretas serão feitas ao Dr. José de Paula Motta Filho, Secretário Geral do IBC, que visitará a região na próxima sexta-feira.

O executivo do IBC responde pela área do GERCA e no momento ocupa o cargo de Presidente.

Vem à nossa região para conhecer de perto as condições da cafeicultura regional e para tomar medidas destinadas a promover a expansão da cultura de café no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba".⁷¹

As autoridades do IBC chegaram a Uberlândia, mas foram reunir-se em Araguari:

"O diretor do IBC, José de Paula M. Filho, responsável pelo GERCA, o mais importante Departamento do IBC e responsável pela produção cafeeira em todo o Brasil, chegou ontem a Uberlândia. Aqui foi recebido pelo eng. Roberto Sartori, responsável pelo Escritório Regional sediado em nossa cidade.

O diretor de produção do IBC veio a Uberlândia para conhecer o serviço que vem sendo feito na região na área da produção cafeeira.

O Secretário da Agricultura de Minas Gerais, eng. Agripino Abranches Vianna, também veio a nossa cidade, acompanhado de elementos executivos do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas (SOAPA), para discutir com o Diretor do IBC a respeito da cafeicultura no Triângulo e Alto Paranaíba.

A produção de café na região tem sido estimulada pelo empresário rural esclarecido e tem recebido o apoio de autoridades municipais, principalmente nos municípios de Araguari e Patrocínio, onde os esclarecidos prefeitos tem lutado por todas as formas para incentivar a plantação de café.

Aqui em Uberlândia, os trabalhos feitos na área, são exclusivamente da iniciativa particular com o Grupo Agromam respondendo pelo maior volume de cafês plantados. Nada se fez na área da ação municipal com o poder público completamente indiferente com relação ao assunto. Ninguém conhece uma só medida tomada pela Prefeitura para incentivar a plantação de

⁷¹ "Araguari quer Armazém do IBC". "TDM", 09-12-75, p.1.

*cuidando com entusiasmo, também, da plantação do café. Os estabelecimentos bancários, especialmente o BB e a Caixa Econômica Estadual estão fornecendo crédito sem limite para este fim, lavoura de café”.*⁶⁷

Enquanto isso, Patrocínio é agraciada com Centro de Pesquisa do Café:

*“Em Patrocínio, durante encontro com técnicos, dirigentes de sindicatos e cooperativas e produtores rurais da região, o Secretário da Agricultura Agripino Abranches Vianna e o diretor do IBC José de Paula Motta Filho anunciaram a criação no município de um Centro de Pesquisa do Café, visando o desenvolvimento da cafeicultura no Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro”.*⁶⁸

Nessa conjuntura de crescimento e progresso, Uberlândia procura tomar a frente, e quer Armazém do IBC no município:

*“Tendo em vista o desenvolvimento da lavoura cafeeira em nossa região, a Câmara municipal de Uberlândia antevendo a importância da colheita em futuro próximo, procura conquistar com devida antecedência, um armazém do IBC para o nosso município. Acha a edilidade que essa conquista virá favorecer os produtores de toda a região, que assim terão um local para armazenar a sua produção enquanto aguarda a sua comercialização”.*⁶⁹

Com o objetivo de conhecer os cafezais da região, dirigentes máximos do IBC visitam Uberlândia:

“O Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Café, sediado em Uberlândia, informa que estará em nossa cidade no próximo dia 12, o Dr. José de Paula Motta Filho, Secretário Geral do IBC atualmente no exercício da presidência, pois o titular Camilo Calazans, encontra-se em viagem no exterior. José de Paula, Secretário do GERCA, vem a Uberlândia acompanhado de técnicos do órgão, para um contato com Roberto Sartori, chefe do Escritório aqui sediado, bem como verificar lavouras de café de toda a região.

*O objetivo é de fazer um completo levantamento da real situação das lavouras de café do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba consideradas pelos especialistas como as mais promissoras, superando a expectativa até mesmo dos mais entendidos nesse tipo de cultura”.*⁷⁰

Araguari, líder absoluto na cafeicultura triangulina, entra na disputa e quer Armazém do IBC:

⁶⁷ “Plantio de Café em Araguari”. “CDU”, 07-10-75, p.2.

⁶⁸ “Centro de Pesquisa do Café para Patrocínio”. “CDU”. 09-10-75, p.4.

⁶⁹ “Câmara Municipal pleiteia Armazém do IBC para Uberlândia”. “CDU”. 26-11-75, p.6

⁷⁰ “Dirigentes Máximo do IBC virá a Uberlândia”. “CDU”, 05-12-75, p.1.

café no município. O aumento de riquezas com produção nessa área não despertou a atenção dos homens da Prefeitura que se quedam indiferentes.

Foi exatamente por causa da falta de apoio em Uberlândia, que a reunião de ontem entre o diretor do IBC e Secretário da Agricultura de Minas Gerais aconteceu em Araguari. Enquanto por aqui um vereador endereçou um pedido poético e cheio de lirismo ao Instituto, pedindo que construísse em Uberlândia uma unidade armazenadora, o pessoal em Araguari compareceu com uma área doada pelo poder municipal, mostraram planos racionais de produção a serem postos em ação e, programaram uma reunião, de alto nível para discutir com lógica, medidas de produção a serem postas imediatamente em execução. Tudo dentro da moderna filosofia de ação dinâmica e imediata recomendada pelo Governo Federal.

São situações como estas que devem fazer com que o povo uberlandense se preocupe. E há razão, porque se continuarmos concordando com a política superada baseada no personalismo do Prefeito, teremos a tristeza de ver esta grande Uberlândia relegada a uma potência de segundo plano, na ordem dos municípios do Triângulo Mineiro. Tudo por causa da miopia de um poder político baseado na personalidade carismática de um homem que não sabe ceder ao trabalho racional de equipe, de planejadores e executivos que se coloque dentro da realidade brasileira".⁷²

Araguari, que vem pleiteando junto ao IBC a construção do Armazém gigante em seu município, inclusive com a doação do terreno para sua edificação, entra firme na disputa, e quer muito mais, quer também a transferência do Escritório Regional do IBC, sediado em Uberlândia, para Araguari:

"As primeiras gestões para a transferência do Escritório Regional do IBC de Uberlândia para Araguari estão sendo acionadas por produtores e líderes políticos da vizinha cidade. O assunto está sendo estudado pela Coordenação Regional em Belo Horizonte. Se ninguém por aqui ligar para a questão, em breve o importante escritório regional que coordena a plantação de café no Triângulo Mineiro, estará na cidade sorriso.

O trabalho, que vem sendo desenvolvido por prefeito das cidades vizinhas para aumentar a cultura do cafeeiro em seus municípios, é digno de nota. Ontem mesmo esteve no Escritório do IBC em nossa cidade, o prefeito de Monte Alegre, Braz Vieira, a fim de obter instruções de como fazer para iniciar um viveiro para produzir 1 milhão de mudas destinadas a oferecer aos plantadores do município. O prefeito está usando todos os meios para implantar a cafeicultura na região, porque sabe o que representa o café em matéria de fonte de rendas. O mesmo vem acontecendo no Prata, em Araguari, em Tupaciguara, em Monte Carmelo, em Patrocínio e em vários outros municípios.

Somente em Uberlândia é que o poder municipal não toma conhecimento a respeito do assunto.

⁷² "Diretor do IBC foi reunir-se em Araguari". "TDM", 13-12-75, p.1.

O café, como já afirmamos várias vezes, é a maior fonte de renda do mundo depois do petróleo. Para se ter uma idéia do que conseguiram os araguarinos, com o esforço realizado, para plantar café no município, basta se atentar para os seguintes detalhes: Há no município mais de 6 milhões de cafeeiros plantados. Como a média de produção de café é da ordem de 20 sacas por mil pés, pode-se calcular uma produção de 120 mil sacas. Ao preço do mercado que é de 700 cruzeiros por saca, o faturamento será de 84 bilhões de cruzeiros antigos. Uma soma fantástica, somente no que se refere à produção de Araguari. Na área sob a responsabilidade do Escritório de Uberlândia, há mais de 10 milhões de cafeeiros plantados, podendo se estimar uma colheita de 200 mil sacas, para um faturamento de 140 bilhões de cruzeiros.

A cultura do café movimentava milhares de empregados tanto na conserva como na colheita, fazendo circular enorme soma de dinheiro no comércio e em todas as áreas de consumo. Além disso, no fantástico volume de faturamento é fácil de deduzir o que será conseguido em matéria de ICM e por conseguinte, de aumento da renda para os cofres municipais.

E tem mais, o incentivo a plantação poderá não só duplicar, como triplicar a produção de café na região, em pouco tempo, pois para isso há crédito bastante para os produtores, e em condições favoráveis. É só procurar o IBC.

O que falta por aqui, é um trabalho esclarecedor e de incentivo, que só poderá alcançar êxito se for acionado pelas autoridades governamentais da área municipal".⁷³

Nesse momento, Araguari argumenta com as autoridades do IBC, e mostra seu potencial produtivo cafeeiro, e reivindica a Unidade Armazenadora bem como a transferência do Escritório Regional para o Município:

"Com mais de 6 milhões de cafeeiros plantados, o município reivindica a construção de uma gigantesca unidade armazenadora do IBC bem como a transferência do escritório regional, ora localizado em Uberlândia.

A última reunião do IBC na cidade foi muito importante para situar Araguari como cidade-polo da região cafeeira do Triângulo e Alto Paranaíba. Por isso mesmo é que as lideranças da cidade estão trabalhando para transferir o Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Café, de Uberlândia para Araguari. O município espera atingir dentro de pouco tempo a expressiva soma de 10 milhões de cafeeiros plantados, com uma produção média anual de 200 mil sacas".⁷⁴

No período de cobertura da pesquisa, 1972/76, pudemos acompanhar e analisar o processo de desenvolvimento da cafeicultura na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, apontando através das reportagens os avanços e retrocessos a nível nacional e regional, destacando na região, os municípios que se firmaram como maiores produtores.

⁷³ "Escritório do IBC pode ir para Araguari". "TDM", 20-12-75, p.1.

⁷⁴ "Araguari". "TDM". 23-12-75, p.5.

52

Ainda com o mesmo objetivo de incentivar a cafeicultura em seu município, as autoridades municipais de Monte Alegre de Minas, na figura de seu prefeito, estiveram no Escritório Regional do IBC em Uberlândia se informando com o chefe daquele escritório como formar um viveiro de mudas de café para oferecê-las aos produtores rurais de seu município, como mostra a reportagem em páginas anteriores.

Em Patrocínio, onde a cafeicultura estava com desenvolvimento ascendente, ocupando posição de destaque, juntamente com Araguari, teve apoio maciço do poder municipal, como pode ser observado em reportagem colocada anteriormente.

Em Monte Carmelo, a cafeicultura também marcou presença avantajada, assim como em um grande número de municípios noticiados pelos jornais pesquisados, foi colocado como elemento impulsionador para desenvolver a cafeicultura, além do IBC e de todas as Instituições Federal e Estadual, já citados neste trabalho, a atuação do poder público municipal, no sentido de levar os produtores locais a desenvolver mais a cultura deste tradicional produto, além de divulgar a região em outros Estados tradicionalmente produtores como própria para o desenvolvimento da cafeicultura, ao lado do baixo custo de terras e da excelente infra-estrutura que dispõe esta região.

O que, segundo os jornais, não vinha acontecendo com Uberlândia, que nesse período pouco fazia para o desenvolvimento da cafeicultura nas terras do município, em se tratando de apoio do poder público municipal, chegando ao ponto de deixar municípios vizinhos deslocar até mesmo benefícios aqui existentes, já conquistados em outros tempos, como mostram as reportagens anteriormente anunciadas neste mesmo trabalho.

Dessa forma, o desenvolvimento da cafeicultura em Uberlândia, dá-se sob a iniciativa e responsabilidade da participação privada, como relata o eng. agr. Roberto Sartori, chefe do Escritório do IBC em Uberlândia:

*"O Eng. agr. Roberto Sartori, chefe do Escritório do IBC em Uberlândia, é um dos técnicos brasileiros que mais entende de café, está trabalhando ativamente para aumentar a produção dessa importante fonte de riquezas. Os municípios de Araguari e Monte Alegre são os que mais lavouras estão plantando. Em Uberlândia, destaca-se o Grupo da Agromam (Empreendimentos Agrotécnicos Ltda.), que em bases empresariais vai plantar uma das mais extensas áreas no Triângulo Mineiro".*⁷⁹

⁷⁹ "Zona Franca - Café". "TDM". 29-05-75, p.4.

Nesse período, muitos foram os fatos políticos ocorridos na região, no Estado e na União, como troca de prefeitos de Uberlândia e de todo o Brasil (1973), troca de governadores (1975), e troca de Presidente da República. Entretanto, a política para o café se manteve em bases desenvolvimentistas em nível geral e regional, ou seja, dentro do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC).

Uberlândia vem se mantendo no páreo quanto à implantação e desenvolvimento da cafeicultura regional, porém, não teve o mesmo bom desempenho que tiveram outros municípios da região, apesar de ter sido a porta de entrada da cafeicultura nestas duas prósperas regiões, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e ao mesmo tempo o principal articulador no sentido de implantar a cafeicultura nos cerrados em 1972, no período de vigência do Segundo Plano Trienal (1972/73/74), como já ficou demonstrado no início deste capítulo compreendendo os anos do Segundo Plano Trienal (1972/73/74).

Passadas as primeiras movimentações da implantação, o desenvolvimento da cafeicultura começa a se delinear, e se acentuou a partir de 1973, quando os municípios de Araguari, Patrocínio, Monte alegre de Minas, Monte Carmelo, ganham força e se distanciam de Uberlândia quanto ao volume de cafeeiros plantados, como mostra o quadro 5.

Nesse contexto, muitos são os fatores apontados pelos jornais como causadores dos avanços extraordinários da cafeicultura em outros municípios regionais em detrimento de Uberlândia. Primeiro, a divulgação que as autoridades municipais de Araguari fizeram em estados cafeeiros tradicionais, que vinham sofrendo com dificuldades climáticas. A divulgação tem o sentido de atrair tradicionais produtores para o município, apontado como ecologicamente próprio para o desenvolvimento da cafeicultura, boa altitude (930m), e bom clima. E a resposta recebida foi uma ótima receptividade por parte dos migrantes, como anuncia a reportagem:

"A Empresa Agropecuária Altinopolense Ltda. já iniciou o plantio de 100 mil mudas de café. Adquiriram a fazenda Chaparral, distante 8 km. de Araguari, além de café já plantaram arroz, feijão, soja, maracujá e montaram uma moderna granja".⁷⁵

Como podemos ainda observar:

"Falando a reportagem, o Dr. Roberto Sartori, eng. responsável pelo Escritório do IBC em Uberlândia, de caracter regional, disse que nos próximos dias, em data a ser fixada

⁷⁵ "Destaque der Araguari - Importante Firma", "TDM". 15-02-75, p.3.

Contudo, Uberlândia exerceu importante papel na implantação da cafeicultura nos cerrados da região, principalmente do ponto de vista político. Foi o principal precursor nesse processo, inclusive acompanhando de perto os municípios líderes de produção regional, como mostra a reportagem:

"O chefe do IBC, Roberto da Silva Sartori, enviou uma súmula de propostas em pendência e já solucionadas, de diversos municípios do Triângulo Mineiro, beneficiados por aquele escritório. Araguari ocupa o Primeiro lugar com 1.553.360 propostas, seguido de Monte Alegre de Minas com 182.000; Uberlândia 137.000; Tupaciguara 85.000 e Prata 50.000. Como se nota, Araguari está muito bem desenvolvida no setor cafeeiro e muito disto se deve aos paranaenses e japoneses que em grande quantidade aqui estão residindo e incentivando o plantio de café que será uma das primeiras riquezas do município".⁸⁰

Outro município que se destacou como plantador de café foi Patrocínio, que no período estudado contava com 11 milhões de pés de café plantados numa área de 110 mil hectares de terras, secundado pelo trigo, com 10 mil hectares de áreas plantada. Todavia, não abandonou sua atividade primitiva que foi a pecuária de corte, introduzida na região desde o final do ciclo da mineração em Minas Gerais, final do século XVIII; o que é motivo sempre da presença de importantes autoridades estaduais e federais no município para conhecer de perto todo esse complexo potencial produtivo, como mostra a reportagem:

"Atendendo a convite do prefeito Afrânio Amaral, de Patrocínio, o Ministro Alysson Paulinelli prometeu visitar em breve o município, quando poderá constatar o desenvolvimento das lavouras de 110 mil hectares de terras, com 11 milhões de pés de café e 10 mil hectares de trigo.

O município já está preparando a sua Exposição Agropecuária que fará parte das festividades de aniversário da cidade e que estão marcadas para primeiro a oito de abril. O parque de Exposição já está recebendo melhoramentos para abrigar cerca de 1.600 bovinos que serão mostrado durante a promoção.

Outro importante setor de atividade agro-industrial que o Ministro vai encontrar em Patrocínio será a produção de seda oriunda do 'bicho da seda'.

Esse tipo de atividade está sendo introduzido por japoneses que já motivaram a população local para que entrasse na rendosa atividade.

Entre os problemas que vem enfrentando a sericultura e Patrocínio, destaca-se a falta de crédito para financiar ao pequeno produtor, situação que vem contribuindo negativamente para uma rápida expansão da Minas Silk indústria que dá cobertura às atividades no setor.

⁸⁰ "IBC Mostra Araguari Primeiro". "CDU". 04-01 75.-p.4.

Outro ponto que não tem permitido maior expansão é o representado pela retração do comércio internacional em relação à importação de seda, considerada produto supérfluo.

Não obstante a todas as dificuldades, a produção de seda mediante a criação do bicho, apresenta uma atividade potencialmente rendosa na região.

Os problemas da sericultura serão discutidos com o Ministro na sua visita a Patrocínio”.⁸¹

Uberlândia há várias décadas transformou-se em polo econômico regional graças a vários fatores, tornando-se portão de entrada para o progresso e o desenvolvimento da mais vasta região de cerrado de Minas Gerais, envolvendo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Um dos fatores sempre mencionado é o dinamismo de sua população, que sempre teria saído na frente e articulado condições para promover o processo de desenvolvimento local e regional junto às autoridades Estadual e Federal, no sentido de colocar o município em destaque quanto à conquista de benefícios que coloquem a cidade e a região à frente do restante do Estado, e vem conseguindo a cada dia um grande número de conquista que dispõem a cidade em posição privilegiada, em relação às demais áreas do Estado e da União. Uma vez conquistado, luta por eles, como mostram as reportagens:

“Produtores agrícolas vão reunir-se em Uberlândia no dia seis de março para estudarem a possibilidade de formar uma grande Cooperativa Agrícola. O encontro terá assistência da Secretaria da Agricultura que dirigirá o programa com vistas à comercialização de mais de um milhão de sacas de arroz, soja, café e milho.

O crescimento da agricultura no Triângulo Mineiro é assunto de máximo interesse do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SOAPA) de Minas Gerais, que está tomando todas as providências não só para aumentar a produtividade e diversificar a produção como também adotar medidas objetiva para facilitar a comercialização em níveis objetivos e rentáveis para os produtores. A construção de unidades armazenadoras na região é apenas uma das ações do grande Programa do Governo para a áreas.

Com a produção da área do POLOCENTRO esperada para dentro de poucos anos, e a sua comercialização no centro natural que é Uberlândia, são necessárias medidas de apoio à comercialização e estas têm que ser tomadas com antecedência para que não haja distorções geradoras de dificuldades para produtores e comerciantes.

Nesse particular, as atenções dos órgãos do Governo são muito grandes e tudo vem sendo previsto com antecedência e de modo objetivo e consciente.

O trabalho da ACAR na região é dos mais importantes, principalmente na estruturação de projetos agrícolas para a

⁸¹ “Paulinelli em Patrocínio”. “TDM”. 10-02-76, p.1

área do Polocentro. Nessa área, dentro de pouco tempo serão feitos vultosos investimentos cujos frutos não demorarão a gerar riquezas que influirão em todos os setores das atividades da área.

A crescente implantação de projetos industriais na área da agro-indústria virão em seguida podendo esta região tornar-se a médio prazo numa das mais industrializadas de Minas e do Brasil-Central. É de fato irreversível".⁸²

"A transferência do Escritório do Instituto Brasileiro do Café de Uberlândia para Araguari, tão comentada nos últimos dias, deverá ser discutida esta semana em nossa cidade, entre lideranças da produção e do comércio e o Governador Aureliano Chaves e Ministro da Agricultura.

A instalação e funcionamento da Carteira de Exportação do Banco do Brasil, (CACEX) em nossa cidade, facilitando os negócios de exportação deverá ser um dos argumentos a serem lançados para a manutenção em nossa cidade do Escritório Regional do IBC.

Aqui estão instalados os serviços regionais dos órgãos do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado e os principais órgãos do Ministério da Agricultura, como Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, Posto de Vigilância Sanitária Animal e Vegetal e outros Serviços que apoiam os programas de produção do governo no plano regional.

Por vários motivos, a transferência pura e simples de um escritório de ação regional para outra cidade vizinha não poderia ser encarada como medida indispensável e de incentivo a produção do café.

O assunto poderá ser tema a ser considerado pelas autoridades que visitarão a região amanhã e depois".⁸³

A queda na produção mundial de café movimentou as autoridades brasileiras, no sentido de aumentar a produção através de plantio e replantio, em consequência das geadas de julho de 1975, e assegurar balanço favorável de pagamento. Por outro lado, é necessário assegurar o proveito global da colheita do café e dos demais grãos da produção nacional que, segundo estimativa, mais de um quinto de toda a produção brasileira de grãos, são dissipadas no percurso da colheita à mesa do consumidor, além é claro de melhorar a qualidade dos produtos colocados à disposição do consumidor brasileiro, como mostram as reportagens:

"Uma queda de 10% na produção mundial de café, face às quebras dos principais exportadores (Brasil, Colômbia, El Salvador), não obstante o aumento de produção de outros (Haiti, República Dominicana, Bolívia) está sendo prevista pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para a safra 1976/77.

⁸² "Nova Cooperativa Agrícola", "TDM" - 17-02-76, p. 8.

⁸³ "Transferência do Escritório do IBC", "TDM", 24-02-76, p. 1.

A safra brasileira está estimada entre 8 e 9 milhões de sacas para o próximo ano agrícola e as autoridades adotam medidas, segundo Camilo Calazans, presidente do IBC, para o país recuperar sua posição de destaque como exportador do produto: os incentivos ao plantio e replantio, em consequência das geadas de julho passado, somam Cr\$ 8 bilhões.

A preocupação de incentivar o aumento da produção do café que constitui importantes esteio do nosso balanço de pagamentos, soma-se o objetivo de assegurar o proveito global da colheita. Segundo Manoel Vieira, da Associação Brasileira de Embalagens, no mínimo 20% da produção brasileira de alimentos se perdem atualmente por uso de embalagens inadequadas, problemas de transporte, armazenamento e comercialização. Outro importante fator de perda é a contaminação. Edgard Albert Bitran, engenheiro-agrônomo e pesquisador científico do Instituto Biológico de São Paulo, em exaustivo trabalho, examina o ataque do caruncho ('*araecerus fasciculatus*') ao café durante o período em que é mantido nos armazéns. Concluiu Bitran que 'as amostras de café beneficiado, acondicionadas em papel kraft multifolhado, agrupam-se entre aquelas menos danificadas em relação a sacaria de juta, a par de dificultarem mais a penetração dos carunchos cujo controle se fez pela fumigação com brometo de metila os foscina'. Ao analisar melhor o comportamento das embalagens de papel kraft na preservação do café, Bitran recomendou estudos de aplicação de embalagens, de papel também para outras áreas (milho, feijão, soja, trigo), para reduzir a perda dos cereais após a colheita e, igualmente, para a proteção dos produtos manufaturados (açúcar, farinha de trigo, farelos, fêculas, etc)".⁸⁴

"Cerca de 600 empresários de café estarão reunidos em Aracaju, Sergipe, de 23 a 27 de junho, na II CONCAFÉ Convenção Nacional da Indústria de Torrefação e Moagem de Café, que a Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café (ABIC), promoverá, tendo recebido a confirmação da presença dos Diretores do Instituto Brasileiro do Café, liderados pelo Presidente Camilo Calazans de Magalhães.

Importantes decisões serão anunciadas em Aracaju, disse, o presidente da ABIC, Manuel Pereira da Silva Leite, acrescentando que os 332 associados da entidade representando 90% do café consumido no país, foram convocados para fixar diretrizes de ação, considerando principalmente os efeitos da geada de 1975, que resultou em rápida elevação de preços com brusca redução do consumo: O presidente da ABIC confirmou que recebeu comunicação do IBC anunciando que estarão em Aracaju, para falar na II CONCAFÉ, Camilo Calazans, José Carlos da Fonseca, Delauro de Oliveira Baurngrotz e José de Paula Motta, Diretores do IBC, o Presidente da Junta Consultiva do IBC, José Cassiano Gomes dos Reis, bem como o Diretor do Banco do Brasil, José A. Pereira.

Será examinado o seguinte temário:

Produção: Diretrizes de política de produção, perspectiva a curto e médio prazo. Repercussão da geada de 1975 na

⁸⁴ "No Café, recuperação Global: Do Plantio ao acondicionamento". "CDU".07-04-76, p. 4.

política cafeeira. Novas áreas para o plantio de café. Melhoria na qualidade do café para efeito de melhor bebida para o consumidor nacional. Revisão na classificação de café destinada ao consumo interno. Política de preço de garantia, seus efeitos especulativos e turbulência no mercado de café verde, repercussões no consumo interno. Desempenho do comércio interno de café verde, comportamento e técnicas. Contratos de fornecimentos.

Industrialização: As novas técnicas de equipamentos e suas instalações. Fundo criado pelo Banco do Brasil porque não foi aceito, necessidades de juros baixos e maior prazo de carência, a revisão do programa. Garantia hipotecária para financiamentos industriais. Análise e interpretação das resoluções do IBC sobre o consumo interno. A melhoria da qualidade, redefinição de tipos, controle e repressão. Impostos, diferenças de ICM pauta única. Financiamentos. Contratos de garantia de compra e entrega do café verde.

Comercialização: Comportamento do mercado interno do café torrado e moído. A presença do café solúvel. A presença dos moinhos (café torrado e moído na hora). A intervenção oficial no setor. Comercialização, margem de lucro para o industrial e para o varejista. Uma política de comercialização localizada com preços para cada região do País. Código de ética inter industrial para comercialização do café".⁸⁵

No projeto de Modernização do agrobrasileiro, empreendido pelo Governo Federal, com maior intensidade a partir de 1967, especialmente no Programa para a cafeicultura, que desde o século passado tornou-se o mais importante produto de exportação brasileiro, não podemos deixar de ressaltar a importante participação nesse processo das Universidades e das Instituições Federais e Estaduais que tratam do agronacional, no que diz respeito a pesquisas e ao suporte técnico, e ao treinamento de mão-de-obra dos produtores e trabalhadores no campo, como mostram as reportagens:

"Os sessenta e quatro subprojetos de café em andamento nas regiões cafeeiras da Zona da Mata, Sul de Minas e Alto Paranaíba foram avaliados em recente reunião entre pesquisadores da Escola Superior de Agricultura de Lavras, Universidade Federal de Viçosa e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

Nesta reunião ficou definida a necessidade de aumentar os estudos para melhoramentos dos cafeeiros mineiros principalmente para se obter espécies resistentes à ferrugens, bicho mineiro, seca dos ponteiros e ao nematóide, além de variedades adaptadas a solos de baixa fertilidade, secos: e que sejam tolerantes ao alumínio.

Para regiões de clima quente e seco, como o Vale do Jequitinhonha, Leopoldina ou Governador Valadares, os técnicos, verificando a impossibilidade de cultivo rentável do 'coffea arábica', optaram pela intensificação de estudos relativos à adaptação de um tipo de cultura de café 'robusta', mais resistente e de grande possibilidades industriais.

⁸⁵ "Reunião dos Empresários do Café". "TDM". 03-06-76, p. 3.

A respeito do problema verificado nos cerrados, basicamente a baixa fertilidade desse tipo de solo, o 'Projeto café', intensificará os estudos de modos e níveis de aplicação de calcário, macro e micro-nutrientes, que deverão ser aplicados ainda em outras regiões de baixa fertilidade.

O aspecto econômico da cultura cafeeira, no que diz respeito à tecnologia em uso e custos de produção, foi também discutidos, sentindo os técnicos necessidade de estudo mais amplo a respeito. Será feito um trabalho que completará o 'Diagnóstico da Cafeicultura no Sul de Minas', dando uma visão total do problema econômico da cultura no Estado".⁸⁶

"Será realizado de 14 a 18 de junho a semana do Fazendeiro, promovido pela Universidade Federal de Viçosa/MG.

Nessa Semana serão dados cursos especializados, cada um com 8 horas de duração e que versarão sobre: bovinocultura, suinocultura, mecanização agrícola, administração de fazendas, cafeicultura, plantação de cana-de-açúcar, plantação de arroz, feijão, milho, mandioca, soja e outros cereais.

A Universidade Federal de Viçosa,, com esta promoção desempenha um importante papel para o desenvolvimento nacional numa das áreas mais carentes de conscientização e de preparação para a adoção de métodos racionais de produção e administração que é a agropecuária".⁸⁷

Enquanto isso, o Governador Aureliano Chaves recebe aviso de órgãos federais comunicando-lhe a liberação de recursos de grande monta para ser investidos em projetos que representam o desenvolvimento pretendido por Minas, especialmente no que se refere ao Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, como mostra a reportagem:

"O Governador Aureliano Chaves recebeu aviso de órgãos federais, comunicando-lhe investimento e financiamento de três projetos para o Estado de Minas, no valor de 5 bilhões, 436 milhões e 71 mil cruzeiros. Tais comunicações frequentes evidenciam a prioridade como os projetos mineiros são tratados pelo Governo Federal.

O primeiro projeto, no valor de 5 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, se refere ao Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) para o ano agrícola 1976/77 apresentado por Camilo Calazans de Magalhães, presidente do Instituto Brasileiro do Café e já aprovado pelo Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, 'ad referendum' do Conselho Monetário Nacional.

Também, por meio do Presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães, o Governador foi informado que o Conselho de Administração da Empresa de Energia aprovou financiamento complementar à CEMIG, no valor de 133 milhões e 71 mil cruzeiros, para a expansão do sistema elétrico mineiro.

⁸⁶ "Café foi tema de técnicos e Pesquisadores em Viçosa". "CDU". 17-07-76, P. 3.

⁸⁷ "Semana do Fazendeiro". "TDM". 15-03-76, p. 1.

O restante da importância, 3 milhões de cruzeiros, destina a convênios a ser assinado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária com o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais. Tal convênio diz respeito à execução de eletrificação rural na área de ação da Cooperativa de eletrificação Rural do Médio Jequitinhonha, com a chegada da energia elétrica a diversas fazendas da áreas".⁸⁸

Por outro lado, o 'novo celeiro mineiro,' pretende mostrar para o Brasil, que a cafeicultura no cerrado, é uma conquista consolidada, e quer apresentar o fato a toda a nação brasileira, elegendo a Rainha Regional do Café:

"Grande promoção está para acontecer no dia 28 deste na vizinha cidade de Araguari. É que esta comarca se prepara para eleger a Rainha Regional do Café. Pelas previsões, as solenidades estão destinadas a grande sucesso, pois todas as prefeituras regionais estão no maior empenho que atinja a finalidade visada que é projetar o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no cenário Brasileiro como um grande celeiro de café que desponta para o Brasil. É mais uma fonte de riqueza e divisas que já tendo feito o progresso de muitos estados líderes hoje da nação, irá também ajudar no nosso crescimento econômico e social.

Na ocasião estará representando a cidade de Uberlândia a jovem Marizete Marques que em 1973 foi Miss Objetivo por Araguari, mas agora mora em Uberlândia e sua candidatura está sendo patrocinada pela AGRAM (representante dos tratores agrícolas, Ford)".⁸⁹

Entretanto, esta nova fronteira agrícola, com anterior destaque extraordinário no desenvolvimento da pecuária, está agora experimentando positivamente nova jornada de progresso, que é o desenvolvimento com sucesso da cafeicultura, implantada definitivamente a partir de 1972. Nesse momento, do início de suas primeiras colheitas, um dos problemas enfrentados por alguns municípios com o grande volume de cafeeiros plantados é a falta de mão-de-obra especializada para a sua colheita:

"O município conta com mais de 5 milhões de pés de café já em fase de produção, o maior problema para a colheita é a falta de mão-de-obra".⁹⁰

Quanto ao desmontamento de outros municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na arrancada para o plantio de cafezais, tanto em extensão quanto em volume de cafeeiros plantados e já em fase de produção, como pudemos analisar nos quadros 2 e 3 deste trabalho, os jornais locais pesquisados, "CDU" e "TDM," apontam como causa da posição desprivilegiada de Uberlândia, o desamparo oferecido aos agricultores e

⁸⁸ "Minas recebe Investimentos Federais". "TDM". 01-07-76, p. 6.

⁸⁹ "TRIBUNA REGIONAL" - "Araguari". "TDM". 26-08-76, p. 7.

empresários agrários pelo Prefeito que assumiu a Prefeitura do município no período de 1973 a 1976, exatamente no período máximo de implantação da cafeicultura na região, como vem mostrando a pesquisa desenvolvida neste trabalho. Ao contrário do que fizeram os municípios de Araguari, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, e outros, que souberam tirar o máximo de proveito das oportunidades que lhes foram oferecidas, promovendo seus municípios através de propagandas em outras áreas do país, divulgando todo o seu potencial de solo ecologicamente favorável ao desenvolvimento da cafeicultura, a boa topografia, o bom clima, a racionalização científica do cerrado do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, aliado ao baixo custo da terra, no sentido de atrair migrantes e empresários de outras áreas cafeeiras que nesse momento passavam por sérias crises de ódemia climática e cujos resultados foram positivos. Além disso, criaram órgãos municipais de apoio e assistência ao produtor rural, como foi demonstrado neste capítulo.

Uberlândia, que desde o início do processo de implementação do Plano de Racionalização e Revigoramento de Cafezais, criado pelo Governo Federal e colocado em execução em 1969, lutou duramente junto às autoridades responsáveis pelo projeto do PRRC no sentido de colocar a região do cerrado do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no circuito cafeeiro, como nova fronteira agrícola racionalmente comprovada e capaz de ecologicamente desenvolver com eficiência a mais exigente das culturas brasileiras, conseguiu atrair a atenção das mais altas autoridades que representavam o agronacional e tornou-se o portão de entrada da cafeicultura do cerrado mineiro dentro do projeto de Modernização da Agricultura implementado pelo Governo Federal.

Contudo, o município, não conseguiu firmar-se como líder no plantio regional de café do cerrado, configurando-se apenas como o décimo sexto entre os municípios plantadores de café do cerrado do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a partir de 1972, época da chegada do café na região, até o horizonte de nossa pesquisa delimitado pelo ano agrícola de 1976/77, como está documentado nos quadros 05 e 06 deste trabalho. Entretanto, conseguiu mostrar sua força e sua pujança como município líder de toda uma região. Uberlândia teve melhor desempenho com o desenvolvimento da cultura da soja, leguminosa que contemporaneamente ao café estava sendo introduzida no Brasil, e ganhou o cerrado do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Por ser um produto de grande aceitação no mercado internacional, pela facilidade de exportação através do “Quarto

⁹⁰ “Serra do Salitre”. “TDM”. 15-04-75, p.6.

Corredor de Exportação”, e por outro lado porque estava em expansão no mercado interno, por ser grande fonte de proteína vegetal, cujo principal subproduto tornou-se de consumo popularizado em todo o país com o mais baixo custo no mercado, o “óleo de soja”, além de outros derivados como ração animal e adubo orgânico. Tudo isso contribuiu para o sucesso desta cultura.

Uberlândia, com um parque industrial em afirmação, com destaque na agro indústria frigorífica, laticínios, assiste ao nascimento da primeira agro-indústria na área da soja nesse município, em seu distrito industrial. Trata-se da Fujiwara Hitsato S.A, agro-indústria com disposição para trabalhar a soja e algodão, como mostra a reportagem:

“Inúmeras vezes temos ressaltado o dinamismo que caracteriza o governo de Minas através de suas accessorias e órgãos especializados no sentido de promover o rápido incremento da atividade agrícola é uma das metas básicas a serem atingidas pela atual Administração e vem sendo intensamente perseguido com o objetivo de diversificar e aumentar a nossa produção, fazendo com que ela não se baseie unicamente em meia dúzia de produtos e se transforme, realmente e eficaz arma de progresso.

De fato, procedendo-se à uma análise do comportamento da atividade em nosso Estado, verifica-se que ela depende de maneira acentuada de sete produtos: o algodão, o café, o arroz, o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o feijão. São eles, portanto, formadores de ponderável parcela da renda do setor primário, sobressaindo-se, graças ao maciço incentivo proporcionado pela Administração estadual, auspiciosa da lavoura algodoeira e cafeeira que vem se caracterizando por um continuo crescimento nos últimos anos.

Como já foi aludido anteriormente, existe grande interesse do governo na diversificação de nossa produção agrícola. Para isso empenha-se vivamente o Executivo. Ainda recentemente, durante a visita à Fujiwara Hitsato S.A., empresa que opera no beneficiamento da soja, presentemente em fase de implantação em Uberlândia, com capacidade para beneficiar 400 toneladas de soja/dia, o secretário da Agricultura, lançou na cidade de Monte Carmelo, as bases de um agressivo programa destinado a fomentar a cultura da soja naquela região.

Trata-se de medida de excepcional alcance, porquanto de acordo com dados estatísticos, a atual produção mineira de soja é ainda insuficiente para fazer face à crescente demanda do Estado. Tendo como argumento o inevitável aumento na procura do produto, devido ao interesse demonstrado por empresas de beneficiamento em se instalar em Minas, a Secretaria da Agricultura está promovendo a execução de ambicioso programa de incentivos à cultura da soja, prevendo-se para a próxima safra a introdução de pelo menos 80 mil hectares de área plantada em regiões de cerrado, segundo critérios estabelecidos em trabalho de pesquisa elaborada pelo Programa Intensivo de Pesquisas Agropecuárias e Experimentos de Minas Gerais (PIPAEMG).

A produção de soja em Minas, estimada para os próximos anos deverá ser absorvida integralmente pela Fujiwara, transformando-se dessa maneira, esse empreendimento particular num dos maiores impulsos à produção que terá comercialização garantida.

A Fujiwara durante sua primeira fase operacional, terá uma produção de 7.700 toneladas de óleo de algodão e 4 mil toneladas de óleo de soja, além de 12 mil toneladas de farelo de algodão peletizado, 16 mil toneladas de farelo de algodão ensacado e 16.800 toneladas de farelo de soja ensacado.

Está aberto, assim, o caminho à total diversificação da agricultura em Minas a qual deverá prosseguir brevemente em outros produtos, refletindo-se essa diversificação positivamente no desenvolvimento integral dessa importante atividade econômica característica de nosso Estado".⁹¹

Nesse sentido, a agricultura da soja sobrepujou a agricultura do café ao lado da pecuária que agora é desenvolvida intensivamente e continua forte em Uberlândia até o momento estudado (1976). Entretanto, o município continua a configurar como produtor de café, ocupando no conjunto dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba o 16º lugar, como demonstram os quadros 05 e 06. O quadro 06 se encontra nos anexos.

⁹¹ "Opinião - Cultura de Soja". "CDU". 17-03-73, p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados da pesquisa analisados até agora, podemos traçar algumas conclusões com relação à política cafeeira empreendida pelo Governo Federal, a partir de 1969/1970, quando foi lançado o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC). Porém, maior entusiasmo demonstra o agro-cafeeiro nacional quando do anúncio do Segundo Plano Trienal de Modernização da cafeicultura para vigorar nos anos de 1972/1973/1974 e, coincidentemente, estava também entrando em vigor o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). E em termos regionais, o II Plano Trienal repercutiu sobretudo quando foi divulgado pelo diretor do IBC em Uberlândia, em 26-08-72, a inclusão de 25 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Programa de Financiamento de Plantio de Cafezais. A notícia foi recebida com muitíssimo entusiasmo pelas autoridades da área e pelos agricultores da região, o que está retratada nos jornais nos anos até agora analisados, 1972/1973/1974/1975/1976. A grande quantidade de reportagens e pronunciamentos relativos à cultura do café no cerrado, retratado como um fato novo, bem como o espaço ocupado em suas páginas, nos conduz a concluir que este foi um projeto que teve grande aceitação na região. E como o programa cobre dez anos (1969/70 a 1979/80), que estão incluídos nos horizontes de nossa pesquisa, torna-se essencial a análise do impacto do mesmo na região. As reportagens contidas nos jornais em torno do tema “café no cerrado”, juntamente com estudos sobre outras regiões, podem oferecer um novo viés para se discutir a situação do café no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

É interessante observar a importância com que os jornais tratam a chegada do café na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, demonstrada através do grande número de reportagens, com mensagens que traduzem confiança e otimismo no desenvolvimento, discussões sobre a fertilidade do solo, a industrialização do campo, o espírito de progresso dos políticos engajados no poder local, sintonizados com as autoridades estaduais e nacionais. O chamado idealismo político e a busca do progresso são apresentados como comuns com a cúpula dos mandatários do regime político em vigor.

Uma outra questão muito debatida pelos jornais é a importância econômica que o café traria para a região, porque além de ser um tradicional produto de exportação, de longos anos, com mercado externo e interno garantido, possibilitaria agora para a região uma nova fonte de riqueza para os agricultores e para os cofres do Estado de Minas Gerais e dos próprios municípios plantadores de café através do recolhimento do ICM. De outro lado, a ocupação aumentada da mão-de-obra, permitiria melhorar a renda do trabalhador rural, capitalizar o agricultor, tornando sua propriedade uma empresa lucrativa, e ainda afastar para outras regiões o fantasma da reforma agrária, tão indesejada pelos proprietários de terra da região. Os jornais, neste particular, assumem a posição oficial de promoção do processo pacífico, de organização do tema centrado na política de colonização do Governo Federal.

Por outro lado, o desenvolvimento da cafeicultura nos cerrados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, trouxe a valorização das terras de cerrado, e atraiu migrantes de outras áreas do Brasil, tradicionais na cultura de café, mas que passavam nesse momento por crises como a ferrugem e incidência constante de geadas, o empobrecimento do solo causado pela erosão, tão prejudiciais à cultura do café. É o caso de tradicionais cafeicultores do Paraná e São Paulo, que descobriram no cerrado da região excelente espaço para desenvolver a cafeicultura. Ainda mais sabendo que a região é muito bem servida por um eficiente sistema de transporte ferroviário e rodoviário, que poderia escoar com eficiência todos os produtos de exportação aqui produzidos até os portos marítimos de Santos e Vitória, através dos "Corredores de Exportação" implementado pelo Governo Federal.

Ao lado disso, estava sendo implementado na região importante serviço de eletrificação rural, abertura de estradas de rodagem, instalação de silos para armazenagem de cereais, complementados pela fixação do homem do campo numa área que continua desabitada, como suporte ao processo de desenvolvimento econômico local e regional.

Outra incidência que os jornais destacam com muita eloquência, e que não podemos deixar de salientar, é a presença assídua das autoridades da esfera Federal e Estadual em Uberlândia, inclusive Presidente da República e Governadores e autoridades ligadas ao setor agrário brasileiro, como Ministros da Agricultura, Comércio e Indústria, Planejamento, Secretários de Estado da Agricultura, Presidentes e diretores do IBC, da ACAR, da CAMIG, CASEMG, e de todas as Instituições que representam o agro

nacional, além é claro de inúmeras reuniões dessas autoridades com os produtores rurais da região juntamente com as autoridades locais, estão presentes nas reportagens e propagandas que os jornais locais apresentam com carinho e orgulho, à sociedade regional e à uberlandense em especial.

BIBLIOGRAFIA

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, 1972-1976.

DELFIN NETO, Antônio. Nota Sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário. In: **Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira**. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Boletim n. 40, (s/d), pp. 1-73.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Agricultura e Política Agrícola na década de 70: A Cafeicultura em Araguari, MG**. Campinas, UNICAMP, 1983, Tese de Mestrado.

GRAZIANO NETO, Francisco. Capitalismo e Tecnologia no Campo. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. v.10. Rio de Janeiro: 1979, In: ~~Encontros com a Civilização Brasileira~~, pp. 71-89.

IBC-GERCA **Relatórios Anuais, Cultura de Café no Brasil**: Manual de Recomendações. 4 ed. Rio de Janeiro, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Anuário Estatístico-Cultura de Café no Brasil**: Manual de Recomendações. 4 ed. Rio de Janeiro, 1960/78.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, Instituto Brasileiro do Café, Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura - GERCA. **Cultura de Café no Brasil**: Manual de Recomendações. 4ª ed., Rio de Janeiro, 1981. 468pp.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO - MIC. Instituto Brasileiro do Café. IBC. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. GERCA. **Resultado dos planos de Renovação e Revigoração de Cafezais. 1969/70 - 1976/77. Plantios de Café por Municípios**. Rio de Janeiro. Fev. 1978. 65 pp.

OLIVEIRA, Célia Regina Gomide de, **A Frente Cafeicultora em Araguari - MG**. São

- Paulo, USP, 1991. Tese de Mestrado, pp. 8 - 10.
- PAIVA, Ruy Miller. Apreciação Geral Sobre o Comportamento da Agricultura Brasileira. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.3, n. 1. pp. 55-117, jan-jun 1969.
-
- _____. Elementos Básicos de uma Política em Favor da Agricultura. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v.4, n.2, p.209-244, jun. 1974.
-
- _____. Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v.5, n.1, pp. 117-161, jun. 1975.
-
- _____. Reflexões Sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços do Setor Agrícola do Brasil. In: **Revista Brasileira de Economia**. n. 2. pp. 111-134, jun. 1966.
-
- PRADO JUNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: **A Questão Agrária no Brasil**. 3 ed., Brasiliense, São Paulo, 1981. pp. 15-48.
- SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra". n. 2. - 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. In: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. pp. 87 - 97.
- SILVA, José Graziano da. **Agricultura e Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. In: **A Modernização Dolorosa**, pp.17-32.
- TRIBUNA DE MINAS. Uberlândia, 1972-1976.

ANEXO 1. Movimentos de Contratação de Financiamentos do Programa de Plantios de Cafezais nos demais Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 1972 a 1976

municípios	1969/70 Cont.Caf./Mil		1970/71 Cont.Caf./Mil		1971/72 Cont.Caf./Mil		1972/73 Cont.Caf./Mil		1973/74 Cont.Caf./Mil		1974/75 Cont.Caf./Mil		1975/76 Cont.Caf./Mil		1976/77 Cont.Caf./Mil		Total Cont. Caf./Mil	
A.Dourados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aaraporã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araxá	-	-	10,0	169.5	03	69.0	31	12532	03	40.3	06	348.0	13	203.2	39	950.3	105	30935
C.Dourada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.Altos	03	40.0	12	159.5	10	103.3	13	462.0	09	40.3	07	100.7	14	193.8	76	15399	144	28696
Canápolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conquista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	48.5	01	48.5
Capinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.Paranaíba	-	-	-	-	-	-	02	8.8	07	95.2	02	643.7	11	403.0	53	29362	104	6027.8
Carneirinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coromandel	-	-	-	-	-	-	21	12981	17	746.8	02	643.7	11	403.0	53	2,936,2	104	6,027.8
Centralina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	150.0	02	150.0
C.Fortaleza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Delfinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guimarânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gurinhatal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibiá	03	28.5	29	457.5	07	109.5	23	640.0	15	619.5	06	182.5	08	229.7	116	2,092,2	207	2,359,1
Ipiacu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iturama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapagipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
L.Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medeiros	-	-	01	7.5	01	3.5	02	27.0	-	-	02	4.9	-	-	27	221.3	33	264.2
Patos Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	1175.8	25	1,175.8
Patrocínio	-	-	-	-	-	-	38	21865	50	49	1,562,1	68	1,165,2	189	7,094,6	394	13138,9	
Pedrinópolis	-	-	02	49.0	01	20.0	03	90.0	-	-	-	-	-	-	05	72.0	11	231.0
Perdizes	01	14.0	11	342.0	17	313.5	47	14358	25	839.1	09	316.5	19	209.6	94	1765.7	222	5,286.2
R.Paranaíba	-	-	01	30.0	01	6.0	05	77.3	12	398.1	62	2,059,8	23	619.3	73	1,629.3	207	4,793,8
S.Vitória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacramento	-	-	04	54.0	04	17,7	41	704.4	06	477,5	19	715.5	47	819,3	115	2,723,4	236	5,551.8
S.Juliana	-	-	-	-	03	46.5	04	200.0	03	110.0	02	150.0	10	562.0	24	1,420,5	46	2,488.0
S.F.Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.R.Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	75.1	-	-	13	188.1	18	263.2
S.Saltre	-	-	05	122.0	01	20.0	14	738,4	09	275.9	30	741.5	22	614.2	72	2,390,7	153	4,902,7
Pratinha	-	-	02	13.0	03	28.8	04	33.0	02	21.0	01	6.5	-	-	21	182.2	33	284.5
Tapira	-	-	-	-	02	3.6	09	205.0	03	21.0	-	-	06	75.0	13	154.6	33	462.0
Veríssimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	158.8	09	341.0	13	499.8

Fonte:

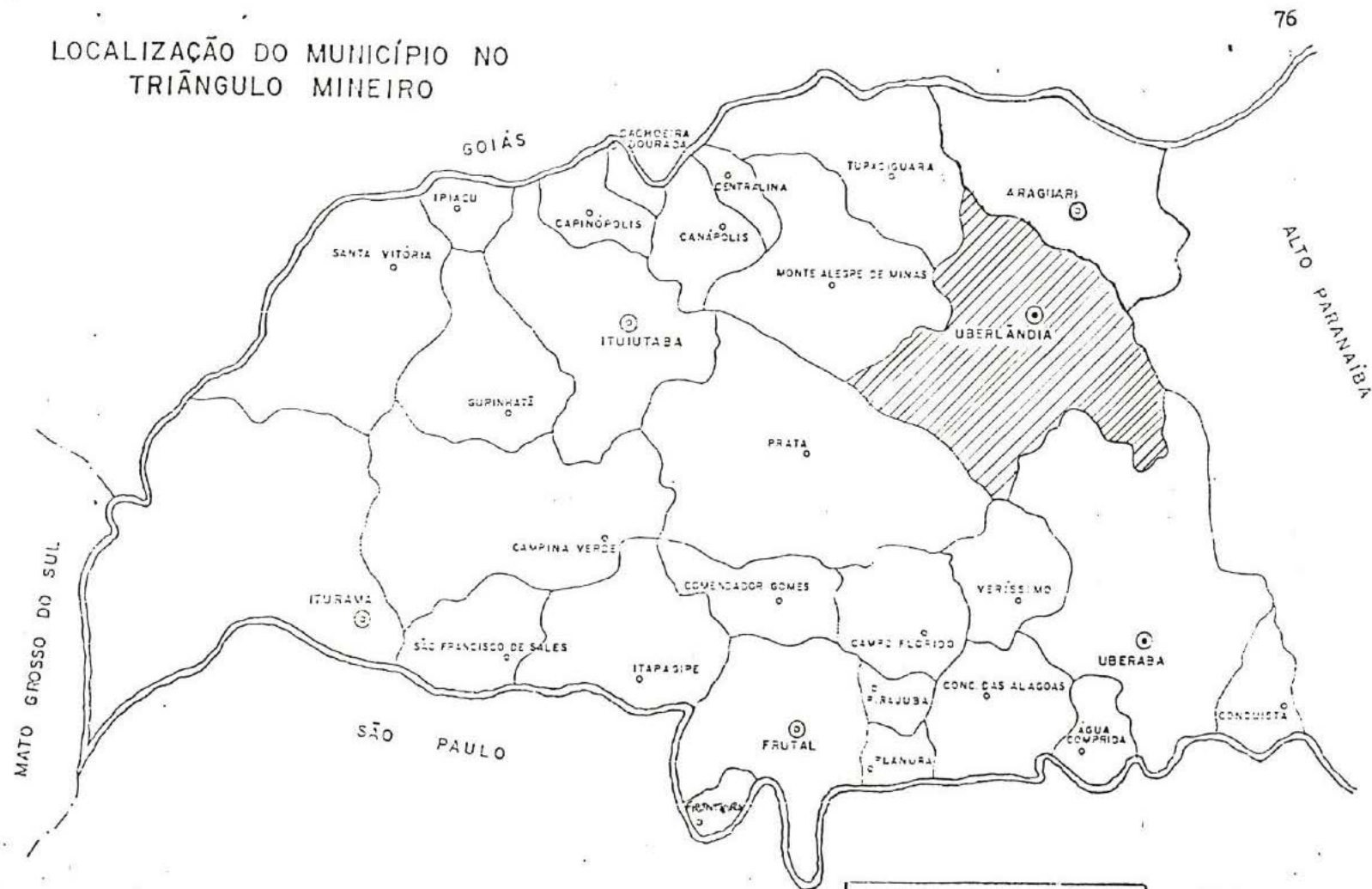
REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO



FIG. 1.a

Des.: NEMÉ

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TRIÂNGULO MINEIRO



FONTE: ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Governo do Estado de Minas Gerais / Secretaria do Estado de
 Ciência e Tecnologia / Instituto de Geociências Aplicadas -
 IGA - 1979

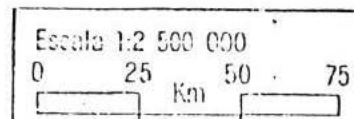
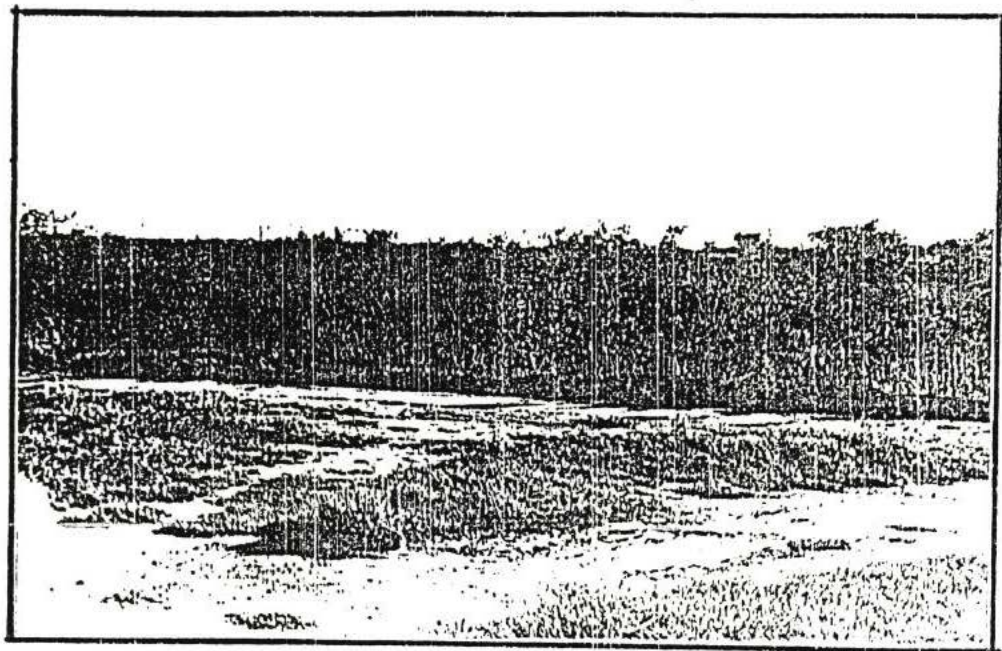


FIG. 1b

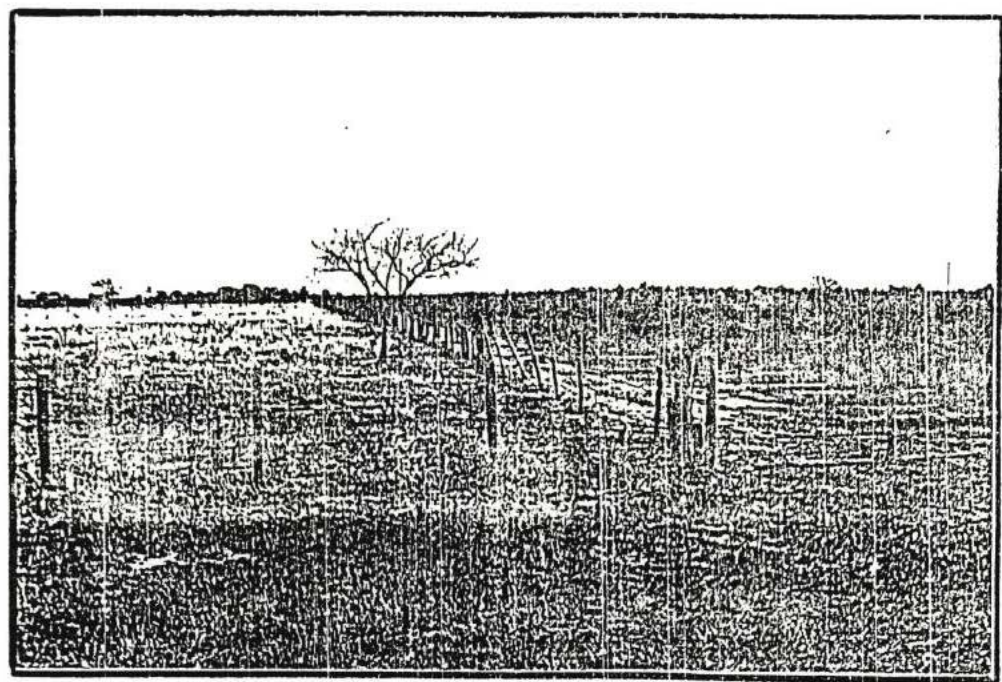
78





- Região de Cerrado - Município de Araguari-MG.

(Foto Geraldo)

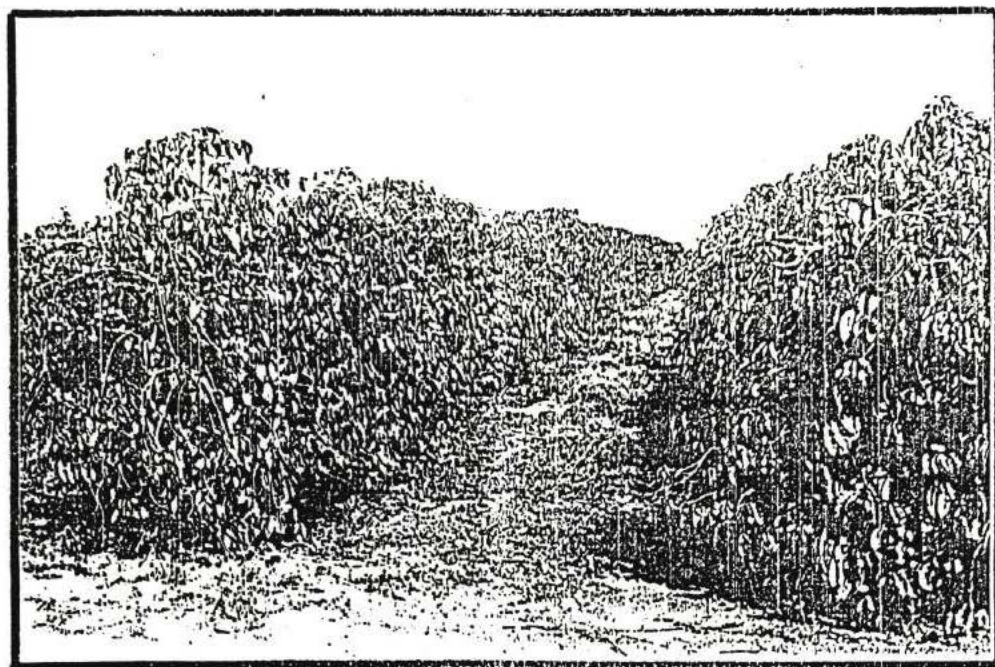
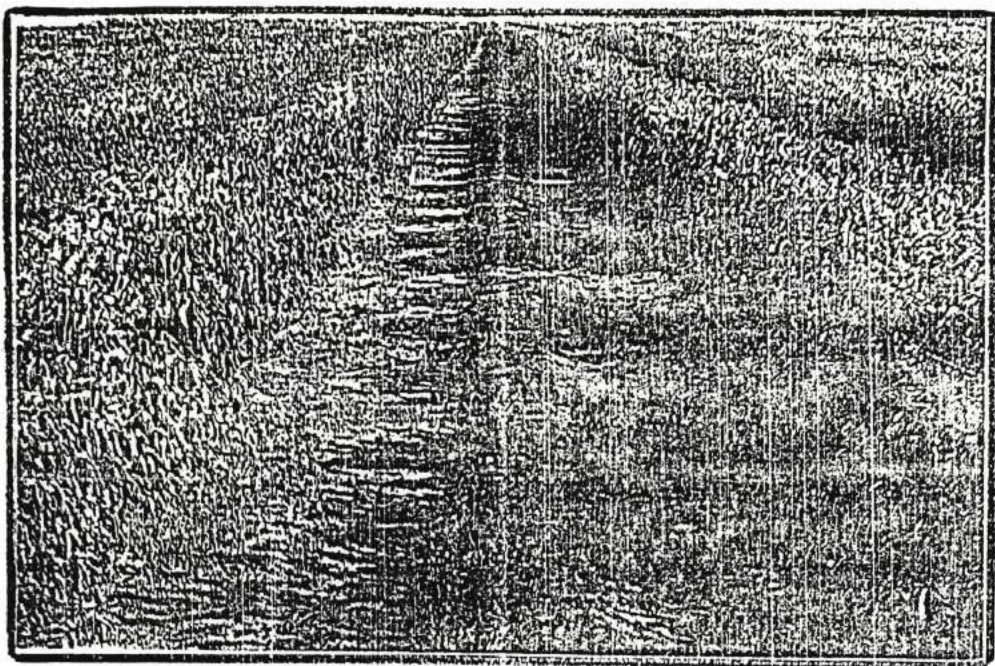


- Região de Cerrado - MG 223 - km 56 - Araguari-MG.

(Foto Geraldo)

FONTE: Tese de Mestrado - Célia Regina Gomide de Oliveira

A Frente Cafeicultora em Araguari - MG, SUP- 1991



Plantação de Café - Curva de Nível - MG. 223 km. 56 - Município de Araguari-MG

FONTE: Tese de Mestrado - Célia Regina Gomide de Oliveira

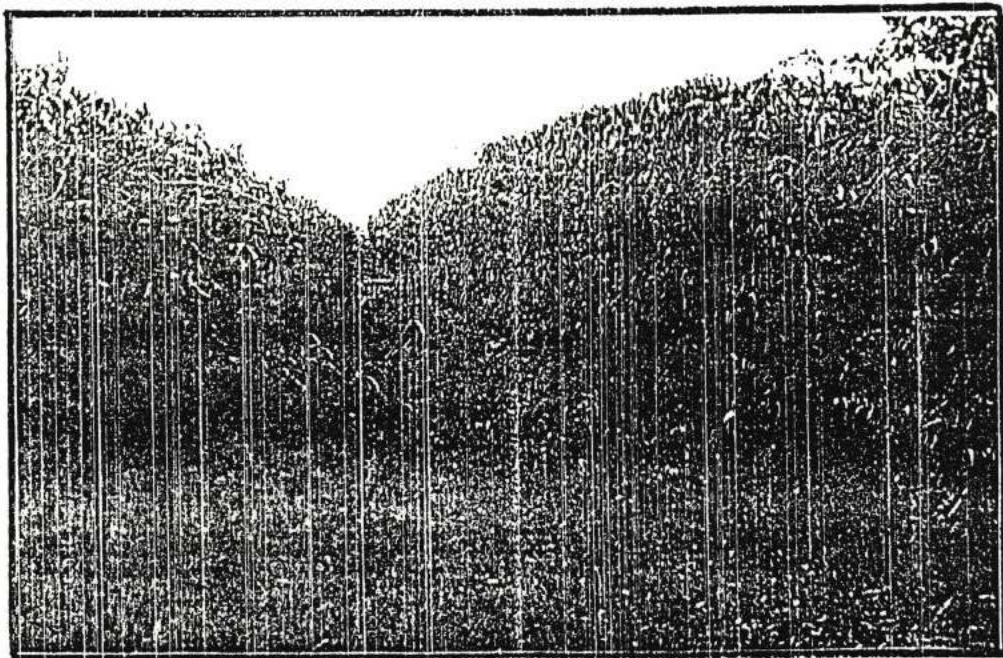
(Foto Geraldo)

A Frente Cafeicultora em Araguari - MG, USP - 1991



a - Plantação de Café - Município de Araguari-MG.

(Foto Geraldo)



b - Plantação de Café - Amanhece - Município de Araguari-MG. (Foto Geraldo)

FONTE: Tese de Mestrado - Célia Regina Gomide de Oliveira
A Frente Cafeicultora em Araguari - MG, USP - 1991.

FIG. 1 - MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA INCLUIDOS NO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE PLANTIO DE CAFEZAIS - 1972

